

RELATÓRIO DE GESTÃO

**GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CONSOLIDANDO AS
UNIDADES DE SUA ESTRUTURA.**

ANO DE 2008

S U M Á R I O

1. Identificação
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticas
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores
5. Demonstrativo de transferências
6. Previdência Complementar Patrocinada
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos
8. Renúncia Tributária
9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários
10. Operações de fundos
11. Despesas com cartão de crédito
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno
13. Determinações e recomendações do TCU
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins
19. Relatório de Gestão da SENAD

1. Identificação

1.1 Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

Nome completo da unidade e sigla	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República – GSIPR
CNPJ	09399736/0001-59
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo
Vinculação ministerial	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Endereço completo da sede	Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Anexo II sala 202, Brasília – DF, CEP: 70150-900. Tel 0xx6134113188
Endereço da página institucional na internet	http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/gsi/
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.	Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 (DOU de 29 de maio de 2003) e Decreto nº 5.772, de 08 de maio de 2006 (DOU de 09 de maio de 2006)
Código da UJ titular do relatório	110322
Código da UJ abrangidas	110322
Situação da Unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	06. Segurança Pública
Tipo de atividade	183. Informação e inteligência
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	110322

1.2 Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais – SAEI
Natureza jurídica	Órgão da Administração Pública Direta do Poder Executivo
Vinculação ministerial	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Decreto nº 4692, de 8 de maio de 2003, e nº 5772, de 8 de maio de 2006, e Portaria nº 13-GSI/PR, de 4 de agosto de 2006 ((DOU 150 de 07 de agosto de 2006)
CNPJ	Não possui
Código da UJ titular do relatório	110322
Código da UJ abrangidas	Não possui
Nome e código no SIAFI	Não possui
Endereço completo da sede	Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Anexo II, sala 206, Brasília – DF, CEP: 70150-900
Endereço da página institucional na internet	www.planalto.gov.br/gsi/saei
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	06. Segurança Pública
Tipo de atividade	183. Informação e Inteligência
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Não houve

1.3 Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares

Nome Completo da unidade e sigla	Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares - SCAAM
CNPJ	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo
Vinculação Ministerial	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Endereço completo da sede	Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto – Anexo II superior / sala 215 – Brasília –DF. CEP: 70150-900 Telefones: 3411-1313; 3411-1325 fax: 3225-2132
Endereço da página institucional da internet	www.planalto.gov.br/gsi/scaam
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	O Decreto nº 5.083 de 17 de Maio de 2004, publicado no DOU de 18 de maio de 2004, o qual foi revogado pelo decreto no 5.772, de 8 de maio de 2005, que trata da estrutura regimental atual.
Código UJ titular do Relatório	110322
Códigos das UJ abrangidas	110322
Situação da Unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	06. Segurança Pública
Tipo de atividade	183. Informação e Inteligência
Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	Não houve

1.4 Departamento de Gestão e de Articulação Institucional

Nome completo da unidade e sigla	Departamento de Gestão e de Articulação Institucional – DGES
Natureza jurídica	Órgão da Administração Pública Direta do Poder Executivo
Vinculação ministerial	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Decreto nº 5.772, de 08 de maio de 2006 (DOU de 09 de maio de 2006) e Port 13 – GSIPR/CH, de 4 de agosto de 2006 (DOU 150 de 07 de agosto de 2006)
CNPJ	Não possui
Código da UJ titular do relatório	110322
Código da UJ abrangidas	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Nome e código no SIAFI	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Endereço completo da sede	Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Anexo II, sala 205, Brasília – DF, CEP: 70150-900
Endereço da página institucional na internet	www.planalto.gov.br/gsi/dges
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	06. Segurança Pública
Tipo de atividade	183. Informação e Inteligência
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Não houve

1.5 Departamento de Segurança da Informação e Comunicações

Nome completo da unidade e sigla	Departamento de Segurança da Informação e Comunicações - DSIC
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo
Vinculação ministerial	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Decreto nº 5.772 de 8 de Maio de 2006 (DOU de 9 de maio de 2006).
CNPJ	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Nome e código no SIAFI	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Endereço completo da sede	Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto – Subsolo sala 62 – Brasília –DF CEP: 70150-900 Telefones: 3411-1419; 3411-1487 fax: 3411- 1217
Endereço da página institucional na internet	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	06. Segurança Pública
Tipo de atividade	183. Informação e Inteligência
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Não houve

1.6 Departamento de Segurança

Nome completo da unidade e sigla	Departamento de Segurança - DSeg
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Pública do Poder Executivo
Vinculação Ministerial	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Normativa de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Decreto nº 5772, de 8 de maio de 2006. e Port nº 13-GSI/PR de 4 de agosto de 2006 (DOU nº 150, de 7 de agosto de 2006)
CNPJ	Não possui
Nome e Código no SIAFI	Não possui
Endereço Completo da Sede	Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Anexo I-A-Térreo- sala 118 andar, Brasília-DF, CEP 70150-900
Endereço da página Institucional na Internet	www.planalto.gov.br/dseg
Situação da Unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	06. Segurança Pública
Tipo de Atividade	183. Informação e Inteligência
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	110322

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1 Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas

2.1.1 Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSIPR

Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSIPR compete:

- assistir direta e imediatamente ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições;
- prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional;
- realizar o assessoramento pessoal em assuntos militares e de segurança;
- coordenar as atividades de inteligência federal e de segurança da informação; e
- zelar, assegurado o exercício do poder de polícia, pela segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República e respectivos familiares, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República, e de outras autoridades ou personalidades quando determinado pelo Presidente da República, bem como pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente e Vice-Presidente da República.

Os locais onde o Chefe de Estado e o Vice-Presidente da República trabalham, residam, estejam ou haja a iminência de virem a estar, e adjacências, são áreas consideradas de segurança das referidas autoridades, cabendo ao GSIPR, adotar as necessárias medidas para a sua proteção, bem como coordenar a participação de outros órgãos de segurança nessas ações.

Compete, ainda, ao GSIPR coordenar e integrar as ações do Governo nos aspectos relacionados com as atividades de prevenção do uso indevido de substâncias entorpecentes que causem dependência física ou psíquica, bem como aquelas relacionadas com o tratamento, a recuperação e a re-inserção social de dependentes.

Além das competências acima, a Lei nº 10.683/03, em seu artigo 6º, outorgou, ao GSIPR, a competência de coordenar a atividade de Segurança da Informação. Tal competência passou a ser exercida pelo Departamento de Segurança da Informação e Comunicações - DSIC, instituído pelo Decreto nº 5.772, de 8 de maio de 2006.

2.1.2 Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais - SAEI

Consoante os termos do Decreto nº 5.772, de 8 de maio de 2006, e da Portaria nº 13-GSI/PR, de 4 de agosto de 2006, compete à SAEI/GSI/PR as seguintes atribuições:

- assessorar e assistir ao Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSIPR no âmbito de sua competência;

- assessorar e assistir ao Secretário-Executivo do Conselho de Defesa Nacional - CDN, no exercício de suas atividades, inclusive representando-o nos grupos de estudos de assuntos a serem submetidos ao CDN;

- assessorar e assistir ao Secretário-Executivo da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo - CREDEN, no âmbito de sua atuação;

- coordenar a execução das atividades permanentes, técnicas e de apoio administrativo, como Secretaria-Executiva, necessárias ao exercício da competência do CDN, de conformidade com o disposto na Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, e da CREDEN, conforme regulamentação específica, e quaisquer outras atribuídas pelo Secretário-Executivo;

- acompanhar e avaliar assuntos de competência do CDN e da CREDEN e outros determinados pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

- acompanhar temas com potencial para gerarem crises para o Estado, para a Sociedade e para o Governo;

- acompanhar o andamento de propostas de edição de instrumentos legais e jurídicos, em tramitação na Presidência da República, relacionados com o assentimento prévio;

- elaborar estudos e propor medidas para aumentar a eficiência no gerenciamento de assuntos relacionados com as competências do CDN e da CREDEN;

- articular órgãos e instituições para prevenir ocorrência de crise;

- coordenar o gerenciamento de crises, em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional;

- estudar, analisar e avaliar o uso e a ocupação de áreas indispensáveis à segurança do território nacional, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo;

- acompanhar os grupos técnicos constituídos no âmbito do CDN e da CREDEN;

- elaborar e orientar a realização de estudos, especialmente sobre temas relacionados com a segurança institucional;

- coordenar o Comitê de atendimento de Áreas Essenciais, da Câmara de Gestão do Setor Elétrico;

- coordenar o Comitê Gestor do Sistema Geo-PR;

- coordenar as ações dos órgãos envolvidos na proteção de portos e navios em nível IV (ISPS Code);

- coordenar o acionamento do Gabinete de Crises;

- firmar acordos de cooperação técnica e científica ou outros instrumentos congêneres com entidades, instituições ou organismos nacionais ou internacionais na área de sua competência, após prévia anuência do Ministro de Estado Chefe do GSIPR;

- realizar outras atividades determinadas pelo Chefe do GSIPR.

A SAEI/GSI/PR, para atender aos encargos a que se incumbe, encontra-se organizada em Coordenadoria-Geral de Estudos Institucionais, Coordenadoria-Geral de Acompanhamento, Coordenadoria-Geral de Assentimento Prévio e Coordenadoria-Geral de Sistemas e Integração de Dados Institucionais.

2.1.3 Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares - SCAAM

Dentro do cenário das Políticas Públicas, mais precisamente, sobre a Segurança das principais Instituições Nacionais, atividade fim deste Gabinete, compete à SCAAM uma gama de responsabilidades relacionadas à execução de eventos e viagens com a participação do Chefe de Estado, além de assessorar os demais órgãos da Presidência da República sobre a situação das Forças Armadas e do seu emprego. Sendo assim, nos termos do Decreto nº 5.772, de 8 de maio de 2006, são atribuições da SCAAM:

- assessorar e assistir o Ministro de Estado Chefe do GSIPR no âmbito de sua competência;

- planejar e coordenar, em articulação com o Gabinete Pessoal do Presidente da República, a execução de viagens presenciais no território nacional e, ainda, com o Ministério das Relações Exteriores, a execução de viagens no exterior;

- coordenar, em articulação com os órgãos da Presidência da República e demais órgãos envolvidos, a participação do Presidente da República em cerimônias militares e outros eventos, orientando, também, o planejamento e a execução das atividades relacionadas com a segurança de área;

- acompanhar a tramitação, na Presidência da República, de propostas de edição de documentos relacionados com assuntos de natureza militar;

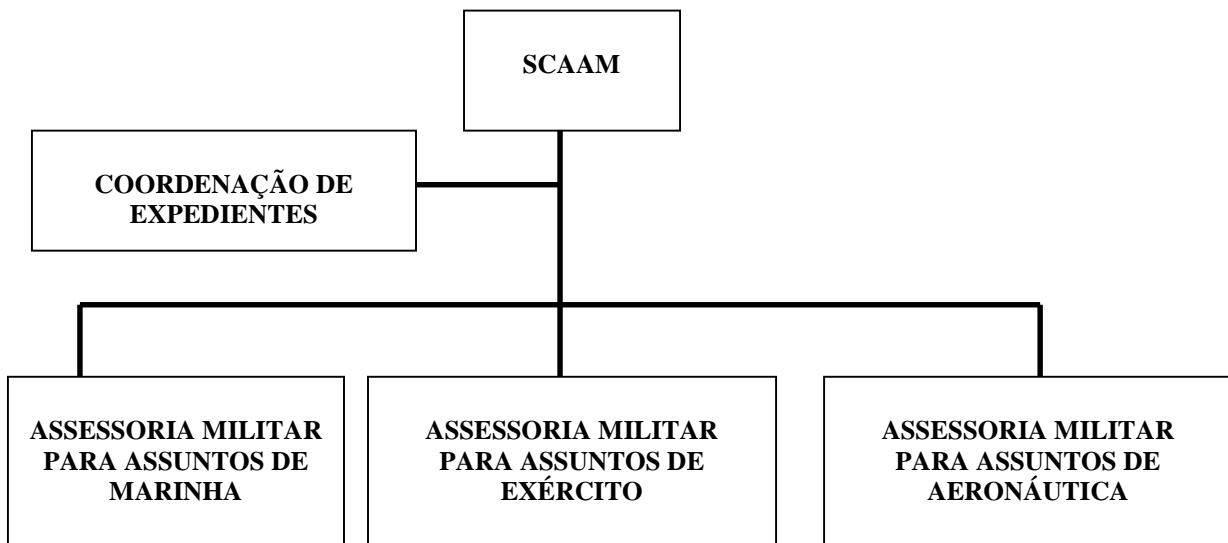
- proceder e acompanhar a realização de estudos para subsidiar o assessoramento pessoal do Ministro de Estado Chefe do GSIPR ao Presidente da República em assuntos de natureza militar;

- planejar, coordenar e controlar, em articulação com a Casa Civil e o Gabinete Pessoal da Presidência da República, a execução das atividades de transporte do Presidente da República;

- supervisionar, em articulação com o Gabinete Pessoal, a execução do transporte aéreo do Chefe de estado ou de outras autoridades ou personalidades, bem como das missões em proveito da Presidência da República, quando determinado pelo Presidente da República;

- atualizar as normas para a realização das viagens presidenciais, em articulação com os demais órgãos envolvidos;
- manter atualizado o banco de dados referente às viagens presidenciais;
- planejar e coordenar as atividades relacionadas com o ceremonial militar nos palácios presidenciais; e
- promover contatos com os demais órgãos da Presidência da República, com o Ministério da Defesa, com os Comandos das Forças Armadas e com outros órgãos da Administração Pública Federal, direta e indireta, quando necessário ou por determinação superior.

O quadro a seguir apresenta a estrutura organizacional da SCAAM, seguindo-se uma enumeração sumária das competências de cada Assessoria Militar:



As Assessorias Militares para Assuntos de Marinha, de Exército e de Aeronáutica compete:

- coordenar a preparação e a execução de viagens presidenciais, bem como dos eventos extra-Palácio do Planalto e cerimônias militares que contarem com a participação do Presidente da República;
- coordenar a preparação e a execução das visitas presidenciais às Organizações Militares das respectivas Forças Armadas;
- acompanhar e dar andamento nas correspondências endereçadas à Presidência da República que envolvam assuntos militares, de acordo com as respectivas Forças Armadas;
- assessorar o Secretário de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares na realização de estudos e acompanhamento de matérias atinentes às respectivas Forças Armadas;

- executar as atividades administrativas específicas de cada Assessoria Militar, por meio das praças ou graduados do respectivo setor de apoio;

- participar do trâmite administrativo das despesas realizadas em proveito da Presidência da República, durante as viagens presidenciais, por meio dos Coordenadores de Viagem;

- nas viagens nacionais e nos eventos na capital federal, orientar a Coordenação de Segurança de Área, por intermédio do Setor de Segurança designado para atuar nessas atividades; e

- realizar as demais atividades determinadas pelo Secretário de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares.

À Assessoria Militar para Assuntos de Marinha compete, especificamente:

- garantecer e supervisionar a manutenção da lancha presidencial e suas respectivas instalações de apoio;

- solicitar, aos órgãos competentes, os apoios de meios navais que se fizerem necessários às viagens presidenciais; e

- coordenar, controlar e executar as requisições de pessoal militar da Marinha para atender à Presidência da República e participar da gestão dos militares da ativa da Marinha do Brasil lotados no GSIPR.

À Assessoria Militar para Assuntos de Exército compete, especificamente:

- coordenar as cerimônias de apresentação de credenciais de diplomatas estrangeiros e a recepção dos Chefes de Estado nos Palácios Presidenciais ou em outro local determinado pelo Presidente da República; e

- supervisionar a cerimônia de arriamento festivo da Bandeira Nacional no Palácio do Planalto, todas as sextas-feiras, às 17:00 horas.

À Assessoria Militar para Assuntos de Aeronáutica compete, especificamente:

- auxiliar na inspeção dos helipontos e das instalações dos aeródromos, onde for operar e permanecer a aeronave presidencial;

- planejar e coordenar a execução das missões de transporte aéreo do Chefe de Estado e de autoridades e personalidades, bem como das missões de interesse da Presidência da República, quando determinado;

- executar as atividades necessárias ao embarque e controle dos passageiros, da carga, da bagagem;

- zelar pelo Serviço de Comissaria e assegurar a qualidade da alimentação do Chefe de Estado, outras autoridades, bem como em missões de interesse da Presidência da República; e

- providenciar, quando das viagens internacionais, o trâmite de toda a documentação dos passageiros e tripulação, bem como o desembarque junto à Secretaria da Receita Federal.

Tendo em vista o papel desempenhado por esta Secretaria e as competências relacionadas, não existem Programas e Ações de Governo sob sua gerência.

2.1.4 Departamento de Gestão e de Articulação Institucional – DGES

De acordo com a Portaria nº 13-GSIPR, de 4 de agosto de 2006, que aprovou o Regimento Interno do GSIPR e nos Termos do Art 4º do Decreto nº 5.772, de 8 de maio de 2006, e do parágrafo único do Art 3º do Decreto nº 4.939, de 29 de dezembro de 2003, compete ao Departamento de Gestão e de Articulação Institucional:

- proceder e acompanhar a realização de estudos sobre assuntos de natureza da administração militar e civil de interesse do GSIPR e de temas a serem submetidos ao Presidente da República;

- interagir com órgãos da Presidência da República, com o Ministério da Defesa, com os Comandos das Forças Armadas e com os demais órgãos da Administração Pública Federal, direta e indireta, para o trato de assuntos de sua competência ou coordenar a preparação e a execução das viagens presenciais, bem como eventos extra-palácio que contarem com a presença do Presidente da República;

- gerenciar, em articulação com a Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República, os assuntos de desenvolvimento organizacional, o planejamento e a execução das atividades de orçamento, de informática e dos assuntos administrativos do GSIPR;

- receber, protocolar, distribuir e expedir a correspondência atinente ao GSIPR;

- organizar o expediente a ser levado a despacho do Presidente da República;

- coordenar, controlar e executar as requisições de pessoal militar para atender à Presidência da República;

- realizar a gestão de recursos humanos do GSIPR;

- acompanhar o andamento de instrumentos legais e jurídicos em tramitação na Presidência da República, relacionados com assuntos de natureza militar, administrativa e de segurança;

- escalar, após receber a ordem do Secretário-Executivo, os coordenadores das viagens presenciais e dos eventos com a participação do Presidente da República;

- coordenar, supervisionar, executar e controlar as atividades de publicação dos atos oficiais e a divulgação de matérias relacionadas com a área de competência do GSIPR;

- planejar, acompanhar e controlar o orçamento da Unidade Gestora 110322 – GSIPR, bem como controlar a execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial,

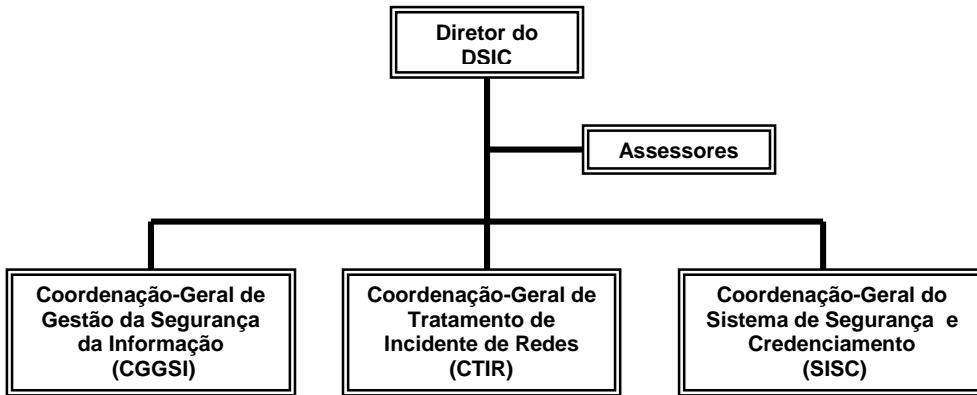
relativas às suas atividades finalísticas, executadas pela estrutura da Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República;

- realizar outras atividades determinadas pelo Secretário-Executivo ou pelo Ministro Chefe do GSIPR.

2.1.5 Departamento de Segurança da Informação e Comunicações - DSIC

Desde a promulgação da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR foi o único órgão da Administração Pública Federal (APF) que recebeu a competência de coordenar a Segurança da Informação. A exemplo do que vem ocorrendo desde aquela primeira regulamentação, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, manteve tal competência exclusivamente para o GSI/PR. O Decreto nº 3505, de 23 de junho de 2000, instituiu a Política de Segurança da Informação na APF e o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI), integrado por representantes de diversos Ministérios e coordenado pelo GSI/PR. Após diversas reuniões do CGSI, foi identificada a necessidade de uma estrutura permanente responsável gestão de segurança da informação e comunicações na Administração Pública federal. Tal necessidade foi atendida com a publicação do Decreto nº 5.772, de 8 de maio de 2006, no Diário Oficial da União do dia 9 de maio de 2006, instituindo o Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC), com as seguintes atribuições:

- adotar as medidas necessárias e coordenar a implantação e o funcionamento do Sistema de Segurança e Credenciamento - SISC, de pessoas e empresas, no trato de assuntos, documentos e tecnologia sigilosos;
 - planejar e coordenar a execução das atividades de segurança da informação e comunicações na administração pública federal;
 - definir requisitos metodológicos para implementação da segurança da informação e comunicações pelos órgãos e entidades da administração pública federal;
 - operacionalizar e manter centro de tratamento e resposta a incidentes ocorridos nas redes de computadores da administração pública federal;
 - estudar legislações correlatas e implementar as propostas sobre matérias relacionadas à segurança da informação e comunicações; e
 - avaliar tratados, acordos ou atos internacionais relacionados à segurança da informação e comunicações.
- a figura abaixo representa a estrutura do DSIC aprovada pelo Decreto 5.772, de 08 de maio de 2006:



2.1.6 Departamento de Segurança – D Seg

O Departamento de Segurança da Presidência da República (DSeg) possui a missão institucional de assessorar diretamente o Ministro Chefe do GSIPR nos assuntos inerentes à Segurança do Exmo Sr Presidente da República, Vice-Presidente da República, respectivos familiares e outras autoridades ligadas aos órgãos essenciais da Presidência da República, também, executando os procedimentos de segurança em todos os locais onde tais autoridades estejam ou venham a estar.

De acordo com o Regimento Interno do GSIPR, são as seguintes as missões específicas de competência do D Seg:

- zelar, assegurado o poder de polícia:
 - a) pela segurança pessoal do Chefe de Estado, do Vice-Presidente da República, e dos seus respectivos familiares;
 - b) pela segurança dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e, quando determinado pelo Presidente da República, de outras autoridades ou personalidades;
 - c) pela segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente e do Vice-Presidente da República.
- promover contatos com os demais órgãos da Presidência da República, com o Ministério da Defesa, com os Comandos das Forças Armadas e com outros órgãos da Administração Pública Federal, direta e indireta, quando necessário ou por determinação superior;
- proceder e acompanhar a realização de estudos relativos à segurança, necessários ao assessoramento pessoal do Chefe do GSIPR ao Presidente da República;
- promover o treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos, assegurando sua capacitação para o eficiente desempenho das atividades finalísticas; e
- realizar outras atividades determinadas pelo Chefe do GSIPR ou pelo Secretário-Executivo.

2.2 Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

2.2.1 Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais - SAEI

Dados Gerais:

O Programa 0641 – Inteligência Federal objetiva desenvolver atividades de inteligência e de segurança da informação com vistas a subsidiar o Presidente da República na execução do processo decisório e na condução dos assuntos de interesse nacional. A Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa é coordenada pelo Departamento de Segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (DSeg/GSIPR) e é executada conjuntamente pela Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI/GSIPR), pelo Departamento de Gestão e de Articulação Institucional (DGES/GSIPR) e pelo próprio DSeg. A Ação 2272 agrupa as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do referido Programa, quais sejam, sistemas de informações gerenciais internos; estudos que buscam elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas; produção e edição de publicações, aquisição de equipamentos para melhor equipar as áreas; e demais atividades-meio necessárias à gestão e à administração do Programa.

Avaliação do resultado, indicando causas de sucesso ou insucesso: Em 2008, a SAEI/GSIPR superou, sob o ponto de vista da qualidade e da eficácia dos trabalhos desenvolvidos, as metas inicialmente traçadas para o ano. Os recursos alocados à Secretaria para despesas de custeio, de aproximadamente R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), foram empenhados em sua totalidade e possibilitaram a publicação de 450 exemplares dos anais do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, dentre outros, a contratação de uma organização social para melhor subsidiar a SAEI e a capacitação de recursos humanos, além de repasse de recursos à Embrapa Monitoramento por Satélite com vistas à estruturação de sistema de gestão territorial da infra-estrutura crítica da agroenergia. No que concerne a investimentos, cujos valores atingiram a cifra de aproximadamente R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), também 100% empenhados, foi possível adquirir equipamentos e softwares para tornar mais dinâmico o trabalho da Secretaria.

Resultados Alcançados em 2008:

a) Coordenadoria-Geral de Estudos Institucionais:

No decorrer de 2008, a SAEI realizou, no auditório do Palácio do Planalto, três seminários voltados para discutir a situação da América do Sul: duas edições sobre fronteiras e segurança nacional, obedecendo a uma divisão geográfica do tema, e um evento a respeito de crises passadas e atuais na região. O seminário “Países Amazônicos: discutindo Fronteiras e Segurança Nacional”, ocorrido em 28 de maio de 2008, teve a participação de palestrantes das embaixadas da Bolívia, Colômbia, Equador, França (pelo território da Guiana Francesa), Peru e Venezuela. O seminário “Cone Sul, México e Estados Unidos: discutindo Fronteiras e Segurança Nacional” aconteceu no dia 18 de junho de 2008, com a presença de representantes das embaixadas do Chile, EUA, México, Paraguai e Uruguai. O objetivo dos Seminários foi o intercâmbio de informações e legislação entre os referidos países e o Gabinete de Segurança Institucional, visando capacitar a equipe encarregada da análise de processos de Assentimento Prévio sobre o tratamento jurídico dado por estes países à área de fronteira, à questão da mineração, da segurança nacional. O seminário “Crises na América do Sul: lições e perspectivas” contou com palestrantes do Ministério das Relações Exteriores, da Assessoria

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 FUNAD

Especial Internacional da Presidência da República e de universidades. Teve lugar em 20 de agosto de 2008.

Em termos de publicações, a SAEI/GSIPR finalizou os Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos (VII ENEE) - evento organizado pelo GSIPR, em Brasília/DF, de 6 a 8 de novembro de 2007. A obra, publicada em parceria com a gráfica da Agência Brasileira de Inteligência, totaliza cerca de 1.500 páginas, organizadas em três volumes. Foram editados, ainda, livros referentes ao “Encontro de Estudos sobre Mudanças Climáticas”, ocorrido em Brasília em 12 de junho de 2007, e ao referido seminário “Crises na América do Sul: lições e perspectivas”.

Eventos da Coordenadoria-Geral de Estudos Institucionais

EVENTOS REALIZADOS EM 2008	DATA	Nº DE PARTICIPANTES
SEMINÁRIO PAÍSES AMAZÔNICOS: DISCUTINDO FRONTEIRAS E SEGURANÇA NACIONAL	28/05/2008	220
SEMINÁRIO CONE SUL, MÉXICO E EUA: DISCUTINDO FRONTEIRAS E SEGURANÇA NACIONAL	18/06/2008	180
SEMINÁRIO CRISES NA AMÉRICA DO SUL: LIÇÕES E PERSPECTIVAS	20/08/2008	235

b) Coordenadoria-Geral de Assentimento Prévio:

Em 2008, além das atribuições contínuas de análise de processos de assentimento prévio, vislumbradas no quadro a seguir, destaca-se a institucionalização de conceitos relevantes para a atividade de Assentimento Prévio: faixa de fronteira com região carente de incentivos ao desenvolvimento e definição de áreas indispensáveis à segurança do território nacional.

Além disso, ocorreram reuniões da Comissão Especial do Conselho de Defesa Nacional (CDN), cuja primeira parte dos estudos culminou na EMI GSI/MJ/MD/MRE/MP nº 00083, de 17 de julho de 2008, propondo a inclusão, no ordenamento jurídico brasileiro, do conceito de infra-estruturas críticas.

Cabe destacar, ainda, a implantação de sistema informatizado restrito para conhecimento pelos representantes dos membros do CDN dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de áreas remanescentes de quilombos, as reuniões Colegiadas de Trabalho para manter o CDN atualizado sobre o tema quilombola e a página em web para recebimento de Relatórios Trimestrais de Cartórios.

Assentimento prévio

DOCUMENTOS EXPEDIDOS EM 2008	
ATOS DE ASSENTIMENTO PRÉVIO CONCEDIDOS	223
NOTAS TÉCNICAS EXPEDIDAS	330
OFÍCIOS	411
MEMORANDOS	41
TOTAL	1005
PROCESSOS	
MINERAÇÃO (PESSOAS FÍSICA)	106
MINERAÇÃO (PESSOA JURÍDICA)	381
RADIODIFUSÃO	68
TERRAS (INCRA E SPU)	7
PESQUISA CIENTÍFICA (CNPq) e PATRIMÔNIO GENÉTICO (MMA)	9
QUILOMBOS	22
DIVERSOS (Anoreg, SAJ, SAG, MRE, Câmara dos Deputados, florestas públicas)	10
TOTAL	603

c) Coordenadoria-Geral de Acompanhamento:

A SAEI tem como uma de suas funções apoiar tecnicamente a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN) e o Conselho de Defesa Nacional (CDN). À propósito, realça-se a realização de reunião da CREDEN, em 14 de julho, na qual foi instituído Grupo Técnico para propor tópicos à Lei para a Defesa da Soberania e do Estado Democrático de Direito. Em outubro, houve reunião do Comitê Executivo da CREDEN para tratar da segurança cibernética nas redes de governo. Destaca-se ainda que, em 2008, foi realizada a primeira reunião do CDN no Governo Lula, para a discussão e aprovação da Estratégia Nacional de Defesa – END.

Produziu-se, semanalmente, o Boletim MONITORA, cuja finalidade é municiar de informações qualificadas, tempestivamente, altas autoridades da esfera pública, dentre elas integrantes do Gabinete Pessoal do Presidente da República. Os temas com potencial de crises são acompanhados rotineiramente pelos Assessores – conforme quadro abaixo. O MONITORA contextualiza temas, indicando posicionamento dos atores envolvidos, e emite alertas sobre o grau de tensão, buscando contribuir para a percepção de tendência das possíveis situações de crise.

Em 2008, contratou-se a organização social Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE com vistas a enriquecer o MONITORA, por meio do acréscimo de Editoriais, para aprofundamento dos temas. A idéia é contar com a opinião de especialistas, para que o MONITORA apresente também um olhar externo ao da SAEI, com argumentos e visões distintas sobre as matérias.

Em 2008, o Gabinete de Crises foi ativado para coordenar as ações de diversos órgãos governamentais relativas à: Operação Amazônia contra o Desmatamento; para tratar de ameaças à obstrução da Estrada de Ferro Carajás; ameaças de obstrução de rodovias por caminhoneiros; conflitos na Terra Indígena Raposa Serra do Sol; crise político-institucional na Bolívia e enchentes em Santa Catarina.

Temas para acompanhamento

TEMAS ACOMPANHADOS PELA SAEI/GSIPR		
Área	Tema	Subtema
CRISES	GABINETE DE CRISES	-
	CRISES EM GERAL	-
ASSUNTOS INTERNACIONAIS	AMÉRICA LATINA E CARIBE	-
	ÁFRICA-ÁSIA	-
	AMÉRICA DO NORTE	-
	OPERAÇÕES DE PAZ	-
	ORGANISMOS INTERNACIONAIS	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU) /COMISSÃO EUROPÉIA / ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)
SEGURANÇA INSTITUCIONAL	ENERGIA	-
	MEIO AMBIENTE	ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
		BIODIVERSIDADE
		PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
	MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS	MANIFESTAÇÕES/GREVES
		DIREITOS HUMANOS
	QUESTÕES FUNDIÁRIAS E DE SEM-TETO	-

	ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	-
	TERRORISMO	-
	QUILOMBOLAS	MOVIMENTOS REIVINDICATÓRIOS
QUESTÕES INDÍGENAS		LEGISLAÇÃO
		POLÍTICA INDIGENISTA
		CONFLITOS
SEGURANÇA PÚBLICA		GARANTIA DA LEI E DA ORDEM
		SEGURANÇA NOS ESTADOS
		CRIME ORGANIZADO
		IMIGRAÇÃO
SAÚDE PÚBLICA		DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS
		SEGURANÇA SANITÁRIA
DEFESA NACIONAL	ÁREAS INDISPENSÁVEIS À SEGURANÇA NACIONAL	AMAZÔNIA
		TRÍPLICE FRONTEIRA
		ESPAÇO MARÍTIMO
		ESPAÇO AÉREO
	FORÇAS ARMADAS	EXÉRCITO BRASILEIRO
		FORÇA AÉREA BRASILEIRA
		MARINHA DO BRASIL
		MINISTÉRIO DA DEFESA
	DEFESA CIVIL	BIODEFESA
		DESASTRES TECNOLÓGICOS
		DESASTRES NATURAIS
	RECURSOS NATURAIS	RECURSOS DO MAR
		RECURSOS HÍDRICOS
	INTELIGÊNCIA	-
	PENSAMENTO ESTRATÉGICO	POLÍTICA DE DEFESA

CIÊNCIA E TECNOLOGIA	INFRA-ESTRUTURA CRÍTICA	-
	PROGRAMA NUCLEAR	-
	PROGRAMA AEROESPACIAL	-
	SEGURANÇA PORTUÁRIA E AEROPORTUÁRIA	PORTOS E NAVIOS
		AEROPORTOS E AERONAVES
TEMAS ATUAIS		BIOTECNOLOGIA
		BENS SENSÍVEIS
		BIOCOMBUSTÍVEIS

d) Coordenadoria-Geral de Sistemas e Integração de Dados Institucionais:

No ano de 2008, a Coordenadoria trabalhou na execução e melhoria de sistemas para otimizar o trabalho da SAEI. Foram dois sistemas georreferenciados, onze sistemas administrativos e cinco sistemas estratégicos, alguns destes essenciais para o assessoramento ao Presidente da República. Os principais objetivos são unificar, ao máximo, os ambientes operacionais onde estão hospedados os sistemas da SAEI; padronizar as linguagens de programação utilizadas; documentar os sistemas de informação da SAEI; aplicar procedimentos técnicos padronizados aos códigos-fonte dos sistemas de informação de modo a agilizar suas manutenções; e incorporar aos sistemas de informação da SAEI a robustez necessária visando prover segurança digital.

Cumpre destacar, ainda, o trabalho realizado junto a órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal visando o intercâmbio de informações e dados georreferenciados. Foram efetivadas parcerias com o Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ, a Secretaria do Patrimônio da União/MPOG, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, o Instituto Chico Mendes/MMA, o Ministério das Cidades, além dos estados de Rondônia, Maranhão, Santa Catarina, Pará e Bahia. Ainda em termos de parceria, ressalta-se a descentralização de recursos para a Embrapa Monitoramento por Satélites, em Campinas, para a execução de ações que possibilitem a estruturação de um sistema de gestão territorial da infra-estrutura crítica da agroenergia, com ênfase no caso do etanol e da geração de energia elétrica. Uma das atribuições da Coordenadoria é supervisionar o trabalho de proteção governamental das infra-estruturas críticas.

No que tange à parte operacional, foram adquiridos um servidor para armazenamento das bases de dados do Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República (Geo-PR), do Sistema de Acompanhamento de Temas

Sensíveis (Monitora), do Sistema de Assentimento Prévio (SAP) e do Sistema Georreferenciado para Gestão de Crises (GeoCrises); um software Arcview para visualização, elaboração, gerenciamento e análises de dados geográficos; e um software ENVI, ferramenta voltada para o processamento digital de imagens de satélite, a fim de servir como ferramenta essencial a ser utilizada no tratamento de imagens do Geo-PR.

2.2.2 Secretaria de Coordenação e Acompanhamento de Assuntos Militares – SCAAM

Apesar de não ser responsável pelo gerenciamento direto de Programas ou Ações do Governo, esta Secretaria entende que o exercício da Coordenação e Planejamento dos eventos e viagens presidenciais, a despeito do agendamento desses atos ser feito pelo Gabinete Pessoal da Presidência da República, influencia nos gastos dessa preparação, gastos esses pagos com recursos gerenciados pela Casa Civil (hospedagem, transportes terrestres e apoio ao Coordenador de Segurança de Área), pelas Forças Armadas (transporte aéreo, marítimo e apoios eventuais) e pelo GSIPR (apoio ao Coordenador de Segurança de Área).

Sendo assim, cultiva-se entre os componentes das Assessorias Militares da SCAAM a mentalidade de otimizar recursos, planejando as missões das Comitivas Precursoras e Escalões Avançados, de forma a minimizar custos com o transporte aéreo, hospedagem, transportes terrestres e outros apoios. Conforme descrito, mais amplo que uma estratégia, essa mentalidade define uma política desta Secretaria, uma vez que independe das circunstâncias em que tais missões aconteceram.

2.2.3 Departamento de Gestão e de Articulação Institucional - DGES

Dados Gerais:

A fim de alcançar seus objetivos e metas, preconizados no Regimento Interno do GSIPR, o Departamento de Gestão e de Articulação Institucional estrutura-se de acordo com o organograma abaixo:



Ao longo do exercício de 2008, o DGES atuou como coordenador da Ação 4693 – Segurança de Área e no Transporte do Presidente da República em seus Deslocamentos Internos e Externos – do Programa 0750 – Apoio Administrativo no âmbito do GSIPR.

Foi recebido naquele ano, na referida Ação, o valor de R\$ 1.199.999,95 (um milhão cento e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco

centavos), destinado a atender despesas dos diferentes setores pertencentes à estrutura do GSIPR. Tal montante mostrou-se suficiente para garantir o cumprimento integral dos objetivos e metas estabelecidos por tais setores do GSIPPR para o ano considerado.

Além da Ação/Programa supracitados, o DGES realizou também o acompanhamento e o controle das demais Ações/Programas do Orçamento de 2008 da UG GSIPR, a saber:

Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa - Programa 0641 – Inteligência Federal.

Nesta Ação foram recebidos R\$ 7.931.917,30 (sete milhões e novecentos e trinta e um mil e novecentos e dezessete reais e trinta centavos). Tal montante alocado não foi suficiente para cobrir todas as despesas previstas para serem atendidas com recursos dessa Ação, sobretudo o pagamento de Diárias de Pessoal (ND 339015). Assim, houve a necessidade de garantir a realização de tais despesas por intermédio da Ação 0643 – Seg Área e no Transporte do Presidente da República – do Programa 0750 – Apoio Administrativo, após modificação do descritor da referida Ação, que passou a contemplar também esse tipo de gasto.

Ação 6232 – Capacitação de Recursos Humanos na Área de Segurança da Informação e Comunicações - Programa 0641 – Inteligência Federal.

Nesta Ação foram recebidos R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), valor considerado suficiente para atender os fins a que se destinava.

Criação da UG GSIPR – implicações, oportunidades e dificuldades

Por meio do Decreto nº 6.346, de 8 de janeiro de 2008, que alterou o Decreto nº 4.939, de 29 Dez 03, foram transferidas competências da Casa Civil/PR para o Gabinete de Segurança Institucional/PR, relativas ao planejamento e à execução orçamentária e financeira das atividades finalísticas deste Órgão da estrutura essencial da Presidência da República, o que motivou a criação da Unidade Gestora GSIPR –110322.

Assim, os níveis decisórios de planejamento e ordenação orçamentária e financeira dos processos finalísticos ficaram a cargo do próprio Gabinete de Segurança Institucional/PR, sob controle e gerenciamento do Departamento de Gestão e de Articulação Institucional (DGES), e o nível de execução financeira, patrimonial e contábil permaneceu com a Secretaria de Administração da Casa Civil/PR, em razão deste Gabinete não possuir uma estrutura mínima – em pessoal, material e instalações - que garantisse um desempenho pleno e efetivo de uma Unidade Gestora.

Dessa forma, visando permitir o cumprimento de suas novas atribuições, o Gabinete de Segurança Institucional/PR, realizou um remanejamento interno de cargos e designou 02 (dois) servidores para o DGES, a fim de desempenharem funções de acompanhamento orçamentário e financeiro da UG 110322.

Mediante o remanejamento descrito acima, foi possível criar uma estrutura inicial de ordenação, acompanhamento e de controle, ainda incipiente, da Unidade Gestora GSIPR.

Em decorrência da criação da nova UG, foi elaborada a Portaria nº 14 – GSIPR/CH, de 14 de julho de 2008, publicada no DOU nº 134, de 15 de julho de 2008, delegando competência ao Ordenador de Despesas (OD) titular e substituto do GSIPR para firmar contratos, celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, afetos às atividades finalísticas da Unidade Gestora GSIPR, vedada a subdelegação.

Por sua vez, a Portaria nº 20 – GSIPR/CH, de 29 de julho de 2008, publicada no DOU nº 145, de 30 de julho de 2008, delegou competência ao Ordenador de Despesas e ao Secretário-Executivo (SE), ambos do GSIPR, para, respectivamente, dispensar/reconhecer e ratificar as situações de dispensa e inexigibilidade de licitações realizadas em proveito das atividades do GSIPR.

2.2.4 Departamento de Segurança da Informação e Comunicações - DSIC

O Departamento de Segurança da Informação e Comunicações – DSIC, por intermédio de suas três Coordenações, Assessorias e da Direção apresentou trabalhos de suma importância para Administração Pública Federal – APF, direta e indireta e também para países do Continente Americano.

A atribuição de normalização foi desenvolvida no DSIC em conjunto com os membros do Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI).

O universo estimado de 900.000 servidores públicos da Administração Pública Federal (APF), para capacitação em Segurança da Informação e Comunicações (SIC), foi distribuído da seguinte forma: 900.000 para sensibilização, 90.000 para conscientização, 9.000 para capacitação e 900 para especialização.

O DSIC é responsável pela ação 6232 - Capacitação de Recursos Humanos na Área de Segurança da Informação e Comunicações – do programa 0641 – Inteligência Federal.

Esta ação destina-se à realização das ações necessárias que permitam a formação e o aprimoramento de recursos humanos em Segurança da Informação e Comunicações.

Considerando a necessidade de otimizar o recurso disponibilizado na LOA 2008, no valor de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), destinado à capacitação de 850 (oitocentos e cinqüenta) servidores públicos federais, a estratégia utilizada para a execução desta ação foi de parceria com outros 37 órgãos e entidades da Administração Pública Federal em 2008: ABIN, AGU, BB, BCB, CEF, CGU, CORREIOS, DATAPREV, EB, EMBRAPA, FAB, INFRAERO, INSS, MB, Ministério das Cidades, Ministério da Cultura, Ministério das Comunicações, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Defesa, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Ministério da Educação, Ministério do Esporte, Ministério da Fazenda, Ministério da Integração Nacional, Ministério da Justiça, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Planejamento e Gestão, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego, PETROBRAS, Secretaria Geral da Presidência da República, RÁDIOBRAS, RNP, SRFB, SERPRO e STN.

A meta inicial de 850 foi ultrapassada, sendo atingida a expressiva marca de 1.506 servidores capacitados em 2008, graças à estratégia de parceria, quando outros órgãos e

entidades da Administração Pública Federal disponibilizaram recursos para realização de eventos tipo seminários e oficinas sobre segurança da informação e comunicações, da seguinte forma:

Em 19 de fevereiro, foi realizada Oficina de Tratamento da Informação para 100 Ouvidores do Ministério do Trabalho e Emprego; Em 14 de abril, foi realizado o Seminário sobre SIC em Belém/PA para 92 servidores públicos federais de 21 órgãos ou entidades da APF; Em 26 de maio, foi realizado o Seminário sobre SIC em Salvador/BA para 83 servidores públicos federais de 17 órgãos ou entidades da APF; Em 15 de maio, foi realizada Oficina de Tratamento da Informação para 67 Ouvidores do Ministério do Trabalho e Emprego; Em 23 de junho, foi realizado o Seminário sobre SIC em Vitória/ES para 130 servidores públicos federais de 32 órgãos ou entidades da APF; Em 18 de agosto, foi realizado o Seminário sobre SIC em Florianópolis/SC para 155 servidores públicos federais de 29 órgãos ou entidades da APF; Em 19 de setembro, foi realizado o Seminário sobre SIC na ANVISA/Brasília para 112 servidores públicos federais daquele órgão; Em 01 e 02 de outubro, foi realizado o Seminário sobre SIC na Presidência da República/Brasília para 96 servidores públicos federais da Diretoria de Tecnologia da Casa Civil; Em 23 de outubro, foi realizado o Seminário sobre SIC em Campina Grande/PB para 218 servidores públicos federais de 26 órgãos ou entidades da APF; Em 18 de novembro, foi realizada Oficina de Tratamento da Informação para 120 Gestores e Fiscais da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Maceió/AL; Em 25 de novembro, foi realizada Oficina de Tratamento da Informação para 65 servidores do Ministério do Turismo em Brasília; Em 04 e 05 de dezembro, foi realizado o Seminário sobre SIC na Presidência da República/Brasília para 64 servidores públicos federais da Secretaria Geral da Casa Civil.

Com recursos da ação 6232, o DSIC coordenou a execução dos seguintes cursos de fundamentos com carga horária de 80 h/a, da seguinte forma: de 24 de março a 04 de abril, foi realizado o III Curso de Fundamentos em Gestão de Segurança da Informação e Comunicações, na Escola de Guerra Naval com o apoio do CASNAV, para 39 servidores dos seguintes órgãos: ABIN, ANTT, Banco do Brasil, CGU, Exército Brasileiro, EMBRAPA, Força Aérea Brasileira, INFRAERO, Marinha do Brasil, Ministério da Integração Nacional, INSS, DATAPREV, DATASUS, Ministério do Trabalho e Emprego e SERPRO; de 25 de agosto a 05 de setembro, foi realizado o IV Curso de Fundamentos em Gestão de Segurança da Informação e Comunicações, na Diretoria de Pessoal Civil da Marinha, com o apoio da ESAF, para 34 servidores dos seguintes órgãos: ABIN, AGU, ANTT, Banco do Brasil, Banco Central, Casa Civil, CGU, DATAPREV, Exército Brasileiro, Força Aérea Brasileira, GSI, Marinha do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, SERPRO, Ministério da Defesa, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; De 22 de setembro a 03 de outubro, foi realizado o V Curso de Fundamentos em Gestão de Segurança da Informação e Comunicações, na Diretoria de Pessoal Civil da Marinha, com o apoio da ESAF, para 39 servidores dos seguintes órgãos: Banco Central, Casa Civil, DATAPREV, Exército Brasileiro, Força Aérea Brasileira, Marinha do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, SERPRO, Ministério da Defesa, Ministério do Esporte, MRE, DPF, PETROBRAS, EMBRAPA, CORREIOS, INFRAERO; de 28 de outubro a 10 de novembro, foi realizado o VI Curso de Fundamentos em Gestão de Segurança da Informação e Comunicações, na Escola de Inteligência/ABIN, com o apoio da ESAF, para 42 servidores dos seguintes órgãos: ABIN, Banco Central, Casa Civil, Exército Brasileiro, GSI, Marinha do Brasil, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, SERPRO, Ministério da Defesa, Ministério da Fazenda,

Caixa Econômica Federal, INFRAERO, Ministério das Cidades, Ministério da Educação, Ministério da Previdência Social.

Durante o ano de 2008, a primeira turma do Curso de Especialização em Gestão de Segurança da Informação e Comunicações (CEGSIC), com 40 alunos, continuou suas atividades na Universidade de Brasília, consumindo recursos da ação 6232 em restos a pagar. Além disso, foram utilizados recursos da ação 6232 para que, em setembro de 2008, fosse iniciado o processo de seleção da segunda turma (CEGSIC), que começou suas atividades com 41 alunos, em 04 de novembro de 2008.

Finalizando, foram utilizados recursos da ação 6232 da seguinte forma: 04 servidores do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações realizaram Curso de Forense Digital; 01 servidor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações realizou Curso de Segurança da Informação e Natal, sendo utilizado recurso desta ação para custeio de suas passagens; 04 servidores do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações realizaram Curso de Tratamento de Incidentes em Redes.

2.2.5 Departamento de Segurança - DSeg

A Direção do Departamento de Segurança emitiu Diretriz de Comando, na qual traçou como objetivos prioritários para a gestão orçamentária no ano de 2008 a aquisição de itens que possibilitassem a melhoria do suporte técnico às missões presenciais, com ênfase ao sistema de comunicação de segurança do Departamento, e o cumprimento do Plano Anual de Renovação de parte da frota de veículos de segurança. Igualmente importante, optou-se por racionalizar o uso do Cartão Corporativo pelos Agentes supridos dos Escritórios Regionais (São Bernardo do Campo e Florianópolis) adotando a prática de prestação de serviços, por meio de contratos temporários com empresas que prestem serviços rotineiros e essenciais ao Sistema de Segurança Presidencial naquelas localidades, o que contribuiu para a não solução de continuidade das tarefas fundamentais daqueles Escritórios, bem como, para a melhoria das condições de trabalho (psicossocial) dos Agentes destacados.

Os recursos alocados especificamente ao Departamento de Segurança para despesas gerais perfizeram o montante de R\$ 7.671.852,00 (sete milhões seiscentos e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e dois reais), sendo executado na totalidade, durante o ano de 2008.

É mister assinalar que dois objetivos importantíssimos não foram atingidos na gestão 2008 (no que tange ao aspecto operacional do Sistema de Segurança Presidencial): a aquisição de 230 pistolas automáticas marca GLOCK e de 350 coletes balísticos. Tal demanda tornou-se prioridade para a Direção do Departamento de Segurança na gestão 2009, uma vez que há uma expectativa de que os óbices administrativos que impediram a sua execução serão superados.

Outro avanço administrativo de grande relevância foi a celebração do Acordo de Cooperação entre a Casa Civil da Presidência da República e o Comando do Exército, por intermédio da Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW), nos Estados Unidos da América para, no exterior, proceder a importações de bens e serviços de exclusivo interesse do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o que permitiu maior agilidade ao suporte logístico, necessário à manutenção dos itens de alta performance,

utilizados na execução das operações de Segurança Presidencial, em especial, equipamentos e armamentos sem similar no mercado nacional. Por meio de tal acordo, além de itens de reposição, também foram adquiridos equipamentos de comunicação de última geração, o que proporcionou a elevação no nível de segurança e confiabilidade nas operações de segurança.

2.3 Programas

O GSIPR realizou despesas, ao longo do exercício de 2008 nos seguintes Programas/Ações, de acordo com dados extraídos do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN):

2.3.1 Programa 0641 - Inteligência Federal

Tipo de programa	Serviços ao Estado
Objetivo geral	Desenvolver Atividades de Inteligência e de Segurança da Informação no interesse do Estado e da Sociedade.
Gerente do programa	Wilson Roberto Trezza
Gerente executivo	Não aplicável nesta ação
Indicadores	Não aplicável nesta ação
Público-alvo (beneficiários)	Servidores de Organizações da Administração Pública Federal

2.3.1.1 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

2.3.1.1.1 Demonstrativo da Ação a cargo do DSeg

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável	Presidência da República

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 FUNAD

Coordenador da ação	Carlos Roberto Sucha
Unidades executoras	110322

Metas e resultados da Ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	R\$ 7.871.600,00	R\$ 7.671,852,00	97,46 %
Física (1)	-	-	-

(1) Conforme consta do SIGPLAN, a ação 2272, da qual o DSeg emprega recursos, não possui metas físicas.

2.3.1.2 Demonstrativo da Ação a cargo da SAEI

Programa 0641 / Ação 2272 / PTRES 000946	Valor Liberado (em R\$)
Dotação orçamentária – Custeio 2008	300.054,00
Destaque ABIN (Publicação dos “Anais do VII ENEE” e dos livros “Mudanças Climáticas” e “Crises na América do Sul”)	25.375,00
Contratação do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE	74.625,00
Descentralização para Embrapa/CNPM - Projeto de infra-estrutura crítica do país, com ênfase na agroenergia	200.000,00
Aquisição de International Standard Book Number – ISBN para as publicações da SAEI/GSI/PR	54,00
Dotação orçamentária – Investimento 2008	45.433,96
Aquisição de software de georreferenciamento	5.783,96
Aquisição de servidor	21.100,00
Aquisição de software de processamento digital de imagens	18.550,00
Dotação orçamentária – Total 2008	345.487,96

Metas e resultados da Ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira (1)	R\$ 520.000,00	R\$ 345.487,96	66,44%
Física (2)	-	-	-

¹ Dos R\$ 520.000,00 previstos para a SAEI, sendo R\$490.000,00 na ND3 e R\$ 30.000,00 na ND4, foram liberados apenas R\$345.487,96, executados em sua totalidade.

² Conforme consta do SIGPLAN, a Ação 2272, da qual a SAEI emprega recursos, não possui metas físicas.

2.3.1.3 Ação 6232 - Capacitação de Recursos Humanos na Área de Segurança da Informação e Comunicações

2.3.1.3.1 Demonstrativo da Ação 6232 a cargo do DSIC

A execução da ação 6232 pelo DSIC, durante o ano de 2008, apresentou o seguinte desempenho operacional:

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira (1)	R\$ 480.000,00	R\$ 460.870,00	96,01
Física (2)	850	1506	177,18

Toda dotação orçamentária, no valor de R\$480.000,00, alocado pela LOA nesta ação, para o exercício financeiro de 2008, foi integralmente utilizada na capacitação de recursos humanos em segurança da informação e comunicações. Ressaltando que tal recurso não foi utilizado somente em benefício do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, uma vez que as atividades desenvolvidas alcançaram servidores de diversos órgãos da APF.

Os recursos desta ação foram otimizados devido ao apoio de parcerias com 37 órgãos da Administração Pública Federal, sendo possível afirmar que, até o final de 2008, todos os Ministérios tiveram pelo menos um servidor participando em eventos de capacitação em segurança da informação e comunicações promovidos pelo DSIC.

A meta física prevista nesta ação era de 850 servidores capacitados, entretanto, ao final de 2008, foi possível atingir 1506 servidores de diversos órgãos da Administração Pública Federal. Os custos iniciais de R\$564,70 foram reduzidos para R\$318,72 por servidor capacitado.

Tal resultado demonstra o sucesso alcançado com a estratégia da parceria entre os órgãos da APF, otimizando recursos alocados no orçamento para capacitação de recursos humanos em Segurança da Informação e Comunicações.

2.3.2 Programa 0750 - Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio as políticas públicas e áreas especiais
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.
Objetivos Específicos	-
Gerente do programa	A cargo da Casa Civil
Gerente executivo	Diretor do Departamento de Gestão e de Articulação Institucional.
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	-
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Viagem cumprida/ planejada
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.2.1 Ação 4693 - Segurança de Área e no Transporte do Presidente da República em seus Deslocamentos Internos e Externos

2.3.2.1.1 Demonstrativo da Ação a cargo do DGES

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Promover a segurança de área e no transporte do Senhor Presidente da República, quando em eventos.
Descrição	Cobertura de gastos efetuados pelos efetivos militares das Forças Armadas empregados nas ações de segurança dos eventos do Presidente da República. As Forças Armadas realizam a coordenação de atividades de segurança nas áreas dos eventos do Senhor Presidente da República em território nacional. Ocorre que o Ministério da Defesa só dispõe de recursos orçamentários para emprego de efetivos militares, segundo plano próprio de operações, não caracterizando, em particular, a cobertura das despesas decorrentes de ações de segurança em eventos do Senhor Presidente. Evidencia-se, assim, a necessidade de recursos de destinação específica para atender às despesas decorrentes do emprego dos efetivos militares das Forças Armadas na segurança de área e do transporte do Senhor Presidente da República.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gabinete da Presidência da República
Coordenador nacional da ação	Expedito Alves de Lima
Unidades executoras	110322
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Departamento de Gestão e de Articulação Institucional
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não possui

Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.152.287,00	96,02%
Física (1)	140 viagens presidenciais	188 viagens presidenciais	134,29%

(1) Houve um incremento do número de viagens, sendo em sua maioria inopinadas. Desde o 1ºsemestre adotou-se a limitação dos recursos disponíveis para atender as despesas das viagens, a fim de suportar esse incremento sem necessidade de solicitação de novos recursos.

2.4 Desempenho Operacional

2.4.1 Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO			Em R\$
	2006	2007	2008	
1.PASSAGENS			117.071,02	
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS			2.490.811,16	
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			345.263,66	
3.1 Publicidade			0,00	(1)
3.2Vigilância, Limpeza e conservação			0,00	
3.3 Tecnologia da informação			0,00	
3.4 Outras terceirizações			0,00	
3.5 Suprimento de fundos			0,00	
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO			0,00	
TOTAIS			2.953.145,84	

(1) Não houve movimentação financeira neste período. Criação da UJ em 2008

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Não se aplica.

4. Restos a pagar de Exercícios Anteriores

Não se aplica.

5 Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

5.1 Departamento de Gestão e de Articulação Institucional – DGES

No exercício em questão, foram transferidos os seguintes recursos orçamentários e financeiros da Ação 4693 - Segurança de Área e no Transporte do Presidente da República em seus Deslocamentos Internos e Externos do programa 0641 – Inteligência Federal para outros órgãos da Administração Pública Federal, a fim de atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização na segurança de área.

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Situação
Descentralização externa	160253	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	72.498,45	72.498,45	-	1º BG – 1º Batalhão de Guardas	-
Descentralização externa	160255	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	60.500,00	60.500,00	-	1º BPE – 1º Batalhão de Polícia do Exército	-
Descentralização externa	160484	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	140.000,00	140.000,00	-	2º BPE – 2º Batalhão de Polícia do Exército	-
Descentralização externa	160252	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	10.000,00	10.000,00	-	BEsEng – Batalhão Escola de Engenharia	-
Descentralização externa	160026	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	29.993,45	29.993,45	-	34º BIS – 3º Batalhão de Infantaria de Selva	-
Descentralização externa	784000	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	10.000,00	10.000,00	-	Cmdo 4º DN - Comando do 4º Distrito Naval	

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 - FUNAD

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Situação
Descentralização externa	160293	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	9.999,43	9.999,43	-	Cmdo 1ª Bda AAAe – Comando da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea	-
Descentralização externa	160093	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	10.000,00	10.000,00	-	38º BI – 38º Batalhão de Infantaria	-
Descentralização externa	160044	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	10.000,00	10.000,00	-	23º BC – 23º Batalhão de Caçadores	-
Descentralização externa	160045	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	25ª CSM – 25ª Circunscrição do Serviço Militar	-
Descentralização externa	120031	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	3.000,00	3.000,00	-	BASC – Base Aérea de Santa Cruz	-
Descentralização externa	160454	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	28º BC – 28º Batalhão de Caçadores	-

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 - FUNAD

Tipos	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Situação
Descentralização externa	160466	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	19.995,71	19.995,71	-	Cmdo 11ª Bda Inf Leve – Comando da 11ª Brigada de Infantaria Leve	-
Descentralização externa	160296	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	14.999,99	14.999,99	-	Cmdo Bda Inf Pqdt – Comando da Brigada de Infantaria Paraquedista	-
Descentralização externa	160299	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	6.999,90	6.999,90	-	Cmdo CML – Comando Militar do Leste	-
Descentralização externa	160547	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	4.999,65	4.999,65	-	22º BI – 22º Batalhão de Infantaria	-
Descentralização externa	160478	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	13º RCMec – 13º Regimento de Cavalaria Mecanizado	-
Descentralização externa	120060	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	AFA – Academia da Força Aérea	-

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 - FUNAD

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Situação
Descentralização externa	160512	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	20º RCB – 20º Regimento de Cavalaria Blindado	-
Descentralização externa	160226	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	9.895,75	9.895,75	-	34º BIMtz – 34º Batalhão de Infantaria Motorizado	-
Descentralização externa	160443	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	10.000,00	10.000,00	-	63º BI – 63º Batalhão de Infantaria	-
Descentralização externa	160004	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	10.000,00	10.000,00	-	59º BIMtz – 59º Batalhão de /infantaria Motorizado	-
Descentralização externa	160180	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	12.999,83	12.999,83	-	4º BPE – 4º Batalhão de Polícia do Exército	-
Descentralização externa	160403	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	9.000,00	9.000,00	-	6º GAC – 6º Grupo de Artilharia de Campanha	-

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 - FUNAD

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Situação
Descentralização externa	160388	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	14.000,00	14.000,00	-	3º RCGd – 3º Regimento de Cavalaria de Guardas	-
Descentralização externa	160386	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	4.999,92	4.999,92	-	3º BPE – 3º Batalhão de Polícia do Exército	-
Descentralização externa	160380	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	10.000,00	10.000,00	-	Cmdo 8ª Bda Inf Mtz – Comando da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada	-
Descentralização externa	160108	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	10.000,00	10.000,00	-	12º BI – 12º Batalhão de Infantaria	-
Descentralização externa	160118	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	62.996,34	62.996,34	-	Cmdo 4ª RM/DE – Comando da 4ª Região Militar/ 4ª Divisão de Exército	-
Descentralização externa	160474	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	4º BIL – 4º Batalhão de Infantaria Leve	-

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 - FUNAD

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Situação
Descentralização externa	160060	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	62.190,26	62.190,26	-	BPEB – Batalhão de Polícia do Exército de Brasília	-
Descentralização externa	160059	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	25.000,00	25.000,00	-	BGP – Batalhão de Guarda Presidencial	-
Descentralização externa	160052	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	33.996,00	33.996,00	-	1º RCGd – 1º Regimento de Cavalaria de Guarda	-
Descentralização externa	160058	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	13.999,68	13.999,68	-	32º GAC – 32º Grupo de Artilharia de Campanha	-
Descentralização externa	160204	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	25º BC – 25º Batalhão de Caçadores	-
Descentralização externa	160006	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	14.996,22	14.996,22	-	1º BIS – 1º Batalhão de Infantaria de Selva	-

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 - FUNAD

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Situação
Descentralização externa	160033	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	17.999,53	17.999,53	-	19º BC – 19º Batalhão de Caçadores	-
Descentralização externa	160028	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	4.955,18	4.955,18	-	35º BI – 35º Batalhão de Infantaria	-
Descentralização externa	160034	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	4.998,57	4.998,57	-	4ª Cia Gd – 4ª Companhia de Guardas	-
Descentralização externa	160473	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	2º GAAAe – 2º Grupo de Artilharia Antiaérea	-
Descentralização externa	160457	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	9.999,95	9.999,95	-	Cmdo CMSE – Comando Militar do Sudeste	-
Descentralização externa	160272	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	4.999,92	4.999,92	-	21º GAC – 21º Grupo de Artilharia de Campanha	-

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 - FUNAD

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Situação
Descentralização externa	160163	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	9.999,45	9.999,45	-	Cmdo 8ª RM – Comando da 8ª Região Militar	-
Descentralização externa	160161	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	9.998,83	9.998,83	-	2º BIS – 2º Batalhão de Infantaria de Selva	-
Descentralização externa	160113	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	4º BECmb – 4º Batalhão de Engenharia de Combate	-
Descentralização externa	160211	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	4.999,71	4.999,71	-	20º BIB – 20º Batalhão de Infantaria Blindado	-
Descentralização externa	160047	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	9.993,34	9.993,34	-	Cmdo 10ª RM – Comando da 10ª Região Militar	-
Descentralização externa	160041	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	40º BI – 40º Batalhão de Infantaria	-

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 - FUNAD

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Situação
Descentralização externa	160432	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	3.999,25	3.999,25	-	16º GAC Ap – 16º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado	-
Descentralização externa	160183	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	72º BIMtz – 72º Batalhão de Infantaria Motorizado	-
Descentralização externa	160181	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	12.999,65	12.999,65	-	7º GAC – 7º Grupo de Artilharia de Campanha	-
Descentralização externa	160178	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	14º BIMtz – 14º Batalhão de Infantaria Motorizado	-
Descentralização externa	160247	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	4.999,00	4.999,00	-	32º BIMtz – 32º Batalhão de Infantaria Motorizado	-
Descentralização externa	160537	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	4.997,52	4.997,52	-	Cmdo 16ª Bda Inf Sl – Comando da 16ª Brigada de Infantaria de Selva	-

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 - FUNAD

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Situação
Descentralização externa	160249	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	7.499,52	7.499,52	-	AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras	-
Descentralização externa	160379	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	4.000,00	4.000,00	-	9º BIMtz – 9º Batalhão de Infantaria Motorizado	-
Descentralização externa	160340	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	6.000,00	6.000,00	-	16º BIMtz – 16º Batalhão de Infantaria Motorizado	-
Descentralização externa	160341	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	17º GAC – 17º Grupo de Artilharia de Campanha	-
Descentralização externa	160240	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	9ª Bia AAAé – 9ª Bateria de Artilharia Antiaérea	-
Descentralização externa	160081	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	23º Esqd Cav SI – 23º Esquadrão de Cavalaria de Selva	-

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 - FUNAD

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Situação
Descentralização externa	160469	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	5.000,00	5.000,00	-	2º GAC L – 2º Grupo de Artilharia de Campanha Leve	-
Descentralização externa	789310	-	Atender despesas decorrentes das atividades de mobilização, emprego e desmobilização da referida Organização Militar	-	10.000,00	10.000,00	-	CPSP – Capitania dos Portos de São Paulo	-

5.2 - Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais - SAEI

Em 2008, foram transferidos os seguintes recursos da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa do Programa 0641 – Inteligência Federal para outros órgãos da Administração pública Federal, conforme nota o quadro a seguir;

Tipo	Cod SIAFI	Nº do Termo	Objeto	Public DOU	Total Pactuado	Transf no Exercício	Contra-Partida	Beneficiário	Situação
Descentralizaç ão externa		Processo nº 00186.00018 8/2008-21 Portaria nº 21 GSIPR/CH, de 21/08/2008 Vigência: agosto a dezembro de 2008	Descentralização externa de créditos orçamentários e repasse de recursos financeiros para o Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Embrapa/CNPM), para a estruturação de sistema de gestão territorial da infraestrutura crítica da agroenergia.	Portaria publicada na Seção 1 do DOU de 22/08/0	200.000,00	200.000,00	-	Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite CNPJ: 00.348.003/0122-08	Projeto desenvolvido
Descentralizaç ão interna		Processo nº 00186.00034 6/2008-42 Processo nº 00186.00035 5/2008-33 2008NC000 039	Descentralização interna de créditos orçamentários e repasse de recursos financeiros para a Agência Brasileira de Inteligência para adquirir material de consumo para fins de serviço de impressão de material de apoio às atividades do Sistema Brasileiro de Inteligência - SISBIN.	25.375,0 0	25.375,00	-	ABIN CNPJ: 01.175.497/001-41	Publicações impressas	

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

8. Renúncia tributária

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia.

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

11. Despesa com cartão de crédito

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

12. Recomendações do órgão ou Unidade de Controle Interno

1. Número de relatório: 22/2008
2. Descrição da determinação ou da recomendação: Adotar critérios objetivos, para transferência de valores para as Forças Armadas, baseados em insumos e recursos humanos efetivamente utilizados na segurança dos eventos do Exmo. Sr. Presidente da República.
3. Setor responsável pela implementação: Departamento de Gestão e de Articulação Institucional do GSIPR.
4. Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): Aperfeiçoamento do processo das atuais descentralizações, considerando parâmetros facilmente identificáveis, a serem informados pelas Organizações Militares das Forças Armadas, com relação aos gastos decorrentes das ações de segurança Presidencial, a fim de subsidiar a tomada de decisão do Senhor Ministro Chefe do GSI para a definição dos valores a serem distribuídos.

13. Determinações e recomendações do TCU

Não houve.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Não houve.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não houve.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Não houve.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.

Não houve.

Brasília – DF, 29 de abril de 2009

Gen Div JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA
Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança
Institucional da Presidência da República

RELATÓRIO DE GESTÃO

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

UG 110246

GESTÃO 00001

ANO DE 2008

S U M Á R I O

ITEM DESCRIÇÃO

- 1 IDENTIFICAÇÃO
- 1.1 INFORMAÇÕES GERAIS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA
- 2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS
- 2.1 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS
- 2.2 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO
- 2.3 PROGRAMAS SOB A GESTÃO DA SENAD EM 2008
 - 2.3.1 PROGRAMA 0665 – PROGRAMA DE GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS
 - 2.3.2 PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA
 - 2.3.3 GESTÃO DAS AÇÕES – METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS
 - 2.3.3.1 AÇÃO 8236 – APOIO A PROJETOS DESENVOLVIDOS PELOS ÓRGÃOS DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS.
 - 2.3.3.2 AÇÃO 4902 – CAPACITAÇÃO DE AGENTES DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SISNAD, PARA A REDUÇÃO DA DEMANDA DE DROGAS
 - 2.3.3.3 AÇÃO 2272 – GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA
 - 2.4 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO.
- 3 INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS DO SIAFI
- 4 INFORMAÇÕES SOBRE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
- 5 INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS.
- 6 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS REFERENTES AOS ITENS 6, 7, 8, 9 E 10, DESCRITOS NO ITEM “A” DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 93, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2008.
- 7 DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DOS VALORES GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITOS
- 8 INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.
- 9 INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.
- 10 INFORMAÇÕES QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS A ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007.
- 11 DEMONSTRATIVO RELACIONANDO AS DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (Inciso I a IV do § 1º do Art. 5º da Instrução Normativa - TCU Nº 56, DE 5/12/2007)
- 12 CONCLUSÃO

1 – IDENTIFICAÇÃO

1.1 – Informações Gerais de Identificação da Unidade Jurisdicionada.

Nome Completo da unidade e sigla	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD
CNPJ	02.645.310.0001-99
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo
Vinculação Ministerial	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º andar - Brasília – DF Telefones: 3411-2904; 3411-2995; 3411-2211 fax: 3411- 4991
Página na internet	www.senad.gov.br
Órgão – Unidade Gestora – Gestão utilizada no SIAFI	Órgão 20.117 -Fundo Nacional Antidrogas - Unidade Gestora 110246 – Gestão 0001
Normativo de Criação e Norma que estabelece a estrutura Orgânica	Medida Provisória Nº 1.669 de 19 de Junho de 1998, Decreto 5.772 de 08 de Maio de 2006.
Regimento Interno	PORTARIA No- 13, DE 4 DE AGOSTO DE 2006
Função de governo predominante	Administração
Tipo de atividade	Gestão da Política Nacional sobre Drogas, Gestão do Fundo Nacional Antidrogas e Gestão do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas.
Situação da Unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento

2 – OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

2.1 – Responsabilidades Institucionais.

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, integra o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas e tem como objetivos, prioritariamente nos termos do Decreto 5.772 de 08 de Maio de 2006:

- Coordenar e integrar as ações do Governo nos aspectos relacionados com as atividades de prevenção do uso indevido de drogas, bem como aquelas relacionadas com o tratamento, a recuperação e a reinserção social de dependentes;
- Desempenhar as atividades de Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas; e
- Gerir o Fundo Nacional Antidrogas.

2.2 – Estratégia de Atuação:

Para a consecução dos seus objetivos, a SENAD estabeleceu como estratégias:

- a promoção e socialização do conhecimento técnico-científico, mediante o que se buscou a promoção de diagnósticos situacionais sobre o consumo de drogas no país, a produção de conhecimento técnico-científico, a capacitação de agentes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, o desenvolvimento de metodologias e a disponibilização desses conhecimentos à sociedade.

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 - FUNAD

- o fortalecimento das estruturas do SISNAD, mediante o que se buscou integração das estruturas do SISNAD, o apoio a projetos considerados estratégicos, a cooperação internacional, bem como a participação e apoio a eventos de mobilização da sociedade.

- o suporte financeiro e tecnológico ao SISNAD mediante a gestão do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD e do Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas - OBID.

2.3 – Programas sob a gestão da SENAD em 2008

Em 2008 a SENAD foi responsável pela gestão do programa 0665, cuja execução orçamentária está detalhada no quadro a seguir.

PTRES	Dotação - LOA + Cred Ad	Destacado Líquido	Empenhado pela SENAD	Destacado + Empenhado	Dotação não Utilizada
01108	1.511.000,00	702.972,02	717.658,98	1.420.631,00	90.369,00
01109	2.216.000,00	28.400,00	2.067.386,00	2.095.786,00	120.214,00
20741	8.944.001,00	3.192.055,20	4.679.892,80	7.871.948,00	1.072.053,00
TOTAL	12.671.001,00	3.923.427,22	7.464.937,78	11.388.365,00	1.282.636,00

Obs: A execução do orçamento foi limitada, em conformidade com o Decreto nº 6.439/2008, em 11.451.000,00. Assim sendo, a dotação utilizada representou 99,45% do limite liberado.

Além da execução orçamentária relativa ao programa sob sua responsabilidade, a SENAD recebeu destaques orçamentários de outros órgãos/programas e os executou conforme a seguir detalhado:

Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, Ação 8853 - Apoio à Implementação de Políticas Sociais

PTRES	Crédito recebido	Empenhado pela SENAD	Liquidado
21403	3.400.188,80	3.400.188,80	3.400.188,80

Programa 0660 - Segurança e Educação de Trânsito: Direito e Responsabilidade de Todos, Ação 4398 - Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento na Área de Trânsito

PTRES	Crédito recebido	Empenhado pela SENAD	Liquidado
4425	498.720,00	498.720,00	498.720,00

Estes programas/ações contribuíram para a ampliação dos resultados pretendidos pelo Programa 0665 e suas respectivas ações.

2.3.1 – Programa 0665 – Programa de Gestão da Política Nacional sobre Drogas

2.3.1.1 – Dados Gerais do Programa

Tipo de programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo Geral	Ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda e a oferta de drogas
Gerente do Programa	Paulo Roberto Yog de Miranda Uchoa – Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas.
Gerente Executivo	Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte – Secretária-Adjunta
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não previstos
Público Alvo	Organizações públicas, privadas e não-governamentais e sociedade

2.3.2 – Principais Ações do Programa

Ação 8236 – Apoio a Projetos Desenvolvidos pelos Órgãos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas;

Ação 4902 - Capacitação de Agentes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas; e

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.

2.3.3 – Gestão das Ações – Metas físicas e financeiras.

2.3.3.1 - Ação 8236 – Apoio a Projetos Desenvolvidos pelos Órgãos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.

2.3.3.1.1 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Integrar e organizar os diversos Órgãos que compõem o SISNAD, estabelecendo orientações estratégicas, articulando, apoiando e acompanhando projetos relacionados à redução da demanda e da oferta de drogas.
Descrição	<ul style="list-style-type: none">- Elaboração de projetos na área de redução da demanda de drogas;- Identificação de projetos regionais, considerados exitosos;- Recebimento e avaliação de projetos, relacionados à redução da demanda e da oferta de drogas;- Busca de parcerias para financiar ou co-financiar projetos avaliados e considerados importantes para a redução da demanda e da oferta de drogas;- Estabelecimento de convênios e outras formas de parcerias com vistas a financiar e executar os projetos;- Acompanhamento da execução dos projetos; e- Disseminação dos resultados com vistas a subsidiar políticas setoriais na área de redução da demanda e da oferta de drogas.
Unidade responsável p/decisões	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República

estratégicas	
Unidade executora	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
Área responsável pelo gerenciamento	Diretoria de Políticas de Prevenção e Tratamento
Coordenador da Ação	Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte.

2.3.3.1.2 – Avaliação dos Resultados da Ação

Indicador = Projeto apoiado

Execução Orçamentária/financeira

LOA	Executado	Saldo
8.944.001,00	7.871.948,00	1.072.053,00

Execução Física

Previsto PPA	Replan/2008	Executado
17	36	36

Nesta ação foi previsto o apoio a 17 projetos. Esta meta foi superada, tendo sido apoiados 36 projetos os quais foram executados diretamente pela SENAD ou mediante parcerias com entidades públicas ou privadas.

Os projetos apoiados mediante esta ação, em 2008, foram os seguintes:

1. Aporte de recursos para manutenção da Central de Atendimento Telefônico Nacional do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - VIVA VOZ. ORIENTAÇÕES E INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS – 0800 510 0015 - que presta, por meio de telefone, aconselhamento reativo especializado para a prevenção primária e secundária do uso de substâncias psicoativas, indicando recursos da comunidade para atendimento a usuários, dependentes e seus familiares, bem como aplicando intervenção breve motivacional, informações sobre drogas, seus efeitos no organismo e orientações para a comunidade em geral.
2. Subvenção social concedida à SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA , para Capacitação de sessenta técnicos e agentes sociais para atuação na prevenção ao uso de álcool e outras drogas, em quinze municípios do estado do Piauí.
3. Subvenção social concedida à Associação Evangélica para Recuperação - SP, para custeio do Projeto Vivendo sem Drogas, visando reintegrar dependentes químicos na sociedade, no mercado de trabalho e na escola.
4. Subvenção social concedida à CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA - PR, para custeio da Implantação de serviço de atendimento voltado à recuperação de dependentes químicos adultos na modalidade de clínica-dia.
5. Apoio a um Encontro de Formação das Comunidades Terapêuticas, executado pela SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA - MS
6. Apoio ao projeto "Capacitando Colaboradores e Voluntários para Tratamento e Reinserção Social de dependentes em spa", executado pelo Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE - SC.

7. Apoio a um projeto executado pela Entidade Salva Vidas - MG, que teve como objetivo, capacitar e qualificar sua equipe de profissionais e inovar no atendimento prestado aos adolescentes e adultos em tratamento de dependência química.

8. Subvenção Social concedida à Entidade Associação Evangélica para Recuperação de Vidas - ASSERV - SP para apoio ao projeto "Vivendo sem Drogas", visando reintegrar dependentes químicos na sociedade, no mercado de trabalho e na escola.

9. Subvenção social concedida ao Grupo Salva Vidas - MG, para capacitar e qualificar sua equipe de profissionais e inovar no atendimento prestado aos adolescentes e adultos em tratamento de dependência química.

10. Apoio a um projeto desenvolvido pelo Instituto Fraternal de Laborterapia de São Paulo, que teve como objetivo possibilitar a melhoria de atendimento à aproximadamente trinta indivíduos em regime de internação voluntária, por meio da laborterapia, visando sua reinserção social.

11. Subvenção social concedida à Entidade Gerando Saúde Mental, para custeio da capacitação de recursos humanos dos profissionais que compõem a rede Gerando Saúde Mental em 37 municípios do estado do Paraná.

12. Subvenção social concedida à entidade Comunidade Nova Jerusalém, para desenvolvimento de projeto de Prevenção de Porta em Porta, em municípios de Minas Gerais.

13. Descentralização de crédito para atender despesas do projeto de reaparelhamento da base de inteligência XARAÉS/DPF/CRA/MS.

14. Subvenção Social concedida à entidade Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas, para capacitar 60 alunos do curso de psicologia da UNILAVRAS, para junto com a ABRAÇO desenvolverem trabalho sobre dependência química.

15. Subvenção social concedida à entidade Serviço Evangélico de Reabilitação de Araguari, para custeio do Projeto Saúde Mental, Reinserção e Educação, desenvolvido por aquela entidade.

16. Descentralização de créditos para o CEFET - PB, para atender despesas previstas no projeto de formação de multiplicadores para expansão e o fortalecimento da rede de educação preventiva ao uso de drogas nas escolas do estado da Paraíba - rede viva.

17. Subvenção social concedida à entidade Centro Terapêutico Dilso Cechin - CETER, para custeio de despesas com o enfrentamento a demanda atendida naquele centro por parte de internos em busca de tratamento para dependência química.

18. Subvenção social concedida à entidade Centro de Recuperação Resgatando Vidas - MG, para enfrentamento à demanda ambulatorial, recaídas, atenção a familiares e reinserção social de dependentes químicos.

19. Subvenção social concedida à entidade Terra da Sobriedade - MG, para custeio de atividades visando a sensibilizar os transatores encaminhados pelo Juizado Especial Criminal quanto ao uso, abuso e/ou dependência de substâncias psicoativas e as consequências desse consumo para a saúde e para a sociedade.

20. Realização de evento, com premiação de concursos Nacionais de Cartazes, Fotografia e Jingle. Este evento teve como objetivos:

- elevar o nível de conscientização da população brasileira sobre os problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas;
- promover a crescente mobilização e o engajamento da sociedade nas atividades de redução da demanda de drogas;

- promover os valores da sociedade, dentre os quais o de valorização da vida.

21. Apoio financeiro para a realização do primeiro levantamento nacional sobre a prevalência e o padrão de uso de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes universitários das redes pública e privada de ensino, das 27 capitais brasileiras, mediante convênio com a Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo.

22. Descentralização de crédito ao DPF, para atender despesas de projeto de ampliação do sistema de interceptação de sinais - DIRETORIA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO.

23. Celebração de convênio e repasse de recursos financeiros para suporte logístico à rede de serviços nas áreas de redução da oferta de drogas (repressão) e na de tratamento terapêutico a usuários de álcool e drogas, no Estado de Mato Grosso.

24. Descentralização de crédito para atender ao projeto de reaparelhamento da delegacia de combate aos crimes financeiros da SR/DPF no Estado do MS.

25. Descentralização de créditos para o Projeto de Reaparelhamento da DRE/SR/DPF/BA - aquisição de equipamentos para instalação de rádio comunicação e aquisição de veículo para aquela delegacia.

26. Descentralização de crédito para execução de projeto de reaparelhamento da DRE/SR/DPF/AC - aquisição de equipamentos de patrulhamento.

27. Descentralização de créditos para aquisição de equipamentos para o aparelhamento do sistema de comunicação de rádio UHF/VHF - DRE-SR/DPF/PE.

28. Apoio ao Projeto de reaparelhamento da frota de veículos da Coordenação Geral de Prevenção Repressão a Entorpecentes SR/DPF/ES;

29. Apoio financeiro ao TRF-GO, com vistas a dotar as Varas Federais do Estado de Goiás de mobiliários, equipamentos de comunicação e processamento de dados, bem como de mecanismos de segurança, com vistas ao melhor desempenho daquelas Varas Criminais nas ações de combate ao tráfico ilícito de drogas, bem como na prevenção do seu uso indevido.

30. Aporte de recursos financeiros para a realização do Levantamento sobre o Consumo de Drogas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada nas Capitais Brasileiras, respectivas Regiões Metropolitanas e Distrito Federal, mediante convênio com a Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo - FAP / CEBRID.

31. Apoio financeiro a um projeto de construção das instalações do canil para a Divisão de Operações Especiais da Polícia Civil do Distrito Federal.

32. Apoio financeiro visando a dotar de novos equipamentos a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP/MS, o Poder Judiciário, o Ministério Público Estadual e o Conselho Estadual Antidrogas - CEAD/MS, com vistas ao desenvolvimento de suas atividades, mais precisamente naquelas ações executadas para combater o tráfico ilícito e uso indevido de drogas.

33. Apoio financeiro com o objetivo de dotar os organismos integrantes da Segurança Pública do Distrito Federal e o Conselho de Entorpecentes do Distrito Federal, de instrumentos capazes de auxiliar o combate permanente ao tráfico de drogas no Distrito Federal e a promoção de políticas de prevenção ao uso de drogas e substâncias afins.

34. Apoio financeiro ao Projeto "Rede de Pesquisa" que tem como objetivo promover a formação, o intercâmbio e a descentralização de recursos humanos em pesquisa sobre drogas, visando à democratização do acesso de cientistas de todas as regiões brasileiras aos projetos de interesse da Política Nacional sobre Drogas.

35. Estabelecimento de parceria com a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, com repasse de recursos do FUNAD para execução de projeto que tem como objetivo levantar, analisar e reportar a situação da demanda, oferta e dos danos associados a drogas no Brasil entre os anos de 2001 a 2007.

36. Repasse de recursos financeiros do FUNAD à FUNDAÇÃO ARY FRAUZINO PARA PESQUISA E CONTROLE DO CÂNCER, para apoio a projeto de pesquisa que visa a avaliar o impacto das políticas de controle do tabaco sobre atitudes e comportamento entre os fumantes no Brasil e orientar a implementação de fortes políticas de controle do tabaco em apoio à Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) - Organização Mundial da Saúde OMS.

2.3.3.2 - Ação 4902 – Capacitação de agentes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, para a redução da demanda de drogas

2.3.3.2.1 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a formação e a orientação dos agentes do SISNAD para atuação na redução da demanda de drogas.
Descrição	Qualificação de agentes do SISNAD, por meio de cursos, treinamentos e palestras, dentre outros ferramentais, para que possam atuar na redução da demanda de drogas
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Unidade executora	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
Área responsável pelo gerenciamento	Diretoria de Políticas de Prevenção e Tratamento
Coordenador da Ação	Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte.

2.3.3.2.2 – Avaliação dos Resultados da Ação

Indicador = Agente Capacitado.

Execução Orçamentária/financeira

LOA	Executado	Saldo
2.116.000,00	2.095.786,00	20.214,00

Execução Física

Previsto PPA	Replan/2008	Executado
10.100	11.985	11.985

Mediante a execução dos recursos financeiros desta ação, foram levadas a efeito as seguintes capacitações:

Apoio a um curso de capacitação para 35 alunos, mediante convênio com a Fundação Instituto de Enfermagem de Ribeirão Preto, visando os seguintes objetivos:

- Estudar a questão das drogas (lícitas e ilícitas) como um fenômeno complexo em todas as suas dimensões (internacionais, nacionais e locais), com impactos a nível global.
- Proporcionar conhecimento aos alunos para desenvolver investigações sobre o fenômeno das drogas lícitas e ilícitas na América Latina, Caribe e África de língua portuguesa.

Apoio financeiro parcial a um curso On-line para Profissionais de Saúde, com o objetivo de capacitar 10.000 desses profissionais para detecção do uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas, assim como para o encaminhamento de usuários com problemas e a realização de procedimentos de intervenção breve e reinserção social. No exercício de 2008 foram financiados 50% do valor total do projeto, significando a capacitação de 5.000 profissionais.

Aporte financeiro para continuidade de um curso de capacitação para cerca de 5000 pessoas que desempenham papel de lideranças religiosas ou que atuam em movimentos afins para ações de prevenção do uso de drogas e outros comportamentos de risco, bem como da abordagem de situações que requeiram encaminhamento às redes de serviços existentes na comunidade. O financiamento deste projeto, no exercício correspondeu a 10% do total do custo do projeto o que representa uma capacitação de 450 lideranças religiosas.

Aporte financeiro para continuidade de um curso para capacitação de 15.000 conselheiros municipais para atuarem na prevenção da violência associada ao uso indevido de álcool e outras drogas. O financiamento no exercício correspondeu a 38% do valor total do projeto o que representa a capacitação de 5.600 profissionais no período.

2.3.3.3 Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.

2.3.3.3.1 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação nas ações finalísticas.
Descrição	Custeio de despesas com: serviços administrativos, manutenção de equipamentos, apoio às atividades do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, custeio das despesas relativas à gestão do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD.
Unidade resp. pelas decisões estratégicas	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Unidade executora	Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
Área responsável pelo gerenciamento	Diretoria de Contencioso e Gestão do Fundo Nacional Antidrogas
Coordenador da Ação	Ramon Fernando Silva.

2.3.3.3.2 – Resultados da Ação

Execução Orçamentária/financeira

LOA	Executado	Saldo
1.511.000,00	1.420.631,00	90.369,00

Execução Física

- Não estabelecidas.

Mediante a Ação “Gestão e Administração do Programa” foi proporcionado o apoio logístico e administrativo para que a SENAD pudesse promover:

- A articulação política com os Poderes Legislativo e Judiciário e com o Ministério Público para ação integrada de redução da demanda de drogas;

- A articulação e cooperação internacional para a redução da demanda de drogas;
- A coordenação e a elaboração de resposta ao questionário do Mecanismo de Avaliação Multilateral da CICAD/OEA
- Debates intersetoriais sobre a redução da demanda de drogas;
- A articulação com a comunidade científica e acadêmica para o desenvolvimento de metodologias e referenciais teóricos;

Relativamente ao apoio à gestão do FUNAD, foram financiadas as atividades necessárias à formalização de processos administrativos autuados na Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, relativos às ações penais correspondentes, em trâmite no Juízo Criminal, possibilitando, relativamente aos valores, o seu depósito ou transferência para o Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD e, no que se refere aos bens, o exercício de controle para a sua destinação, conforme legislação em vigor.

O Fundo Nacional Antidrogas, considerando as receitas oriundas de perdimento de numerários, leilões de bens realizados diretamente pela SENAD ou mediante convênios, bem como as receitas oriundas de taxas decorrentes do controle de produtos químicos precursores de drogas, obteve, em 2008, um total de R\$ 27.112.904,89. Dos recursos arrecadados, R\$ 15.320.661,62, oriundos do controle de produtos químicos, foram destinados diretamente ao Departamento de Polícia Federal, no ato da arrecadação e R\$ 11.792.243,27 constituíram os recursos disponibilizados à SENAD para financiamento de projetos por ela aprovados.

2.4 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

O programa em análise, por se tratar de um programa de gestão de políticas públicas, não possui um indicador de desempenho, no entanto, confrontando-se as metas físicas estabelecidas no PPA, com as metas atingidas, verificamos que os resultados superaram as estimativas em todas as ações do programa. Esta superação deveu-se à obtenção de parcerias com entidades privadas e governamentais as quais permitiram, mediante o processo de cooperação mútua, a diminuição dos custos e a ampliação dos resultados.

As Ações do programa 0665 – Gestão da Política Nacional sobre Drogas, contribuíram para, “**ampliar a capacidade nacional de reduzir a demanda e a oferta de drogas**”, visto que todos os projetos e atividades desenvolvidos tiveram como objetivos específicos:

- Promover aplicação da política de governo e da legislação nacional para a redução da demanda e da oferta de drogas, à luz dos interesses da sociedade;
- Promover a coordenação da redução da demanda de drogas, nas três esferas de Governo;
- Promover e socializar conhecimentos sobre drogas, garantindo rigor científico às ações da redução da demanda de drogas;
- Fortalecer as estruturas do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas – SISNAD;
- Apoiar, financeiramente, ações de redução da demanda e da oferta de drogas, mediante recursos do Fundo Nacional Antidrogas;
- Organizar e articular os agentes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas – SISNAD;
- Promover a articulação e a cooperação internacional para a redução da demanda de drogas; e
- Promover a articulação política com os Poderes Legislativo e Judiciário para a ação integrada de redução da demanda de drogas.

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 - FUNAD

Os resultados apresentados, embora não possam ser medidos mediante um indicador, nos permitem afirmar que os órgãos públicos e outros entes da sociedade, agora melhor organizados e orientados conforme a Política Nacional, produzirão os efeitos necessários para reduzir a demanda e a oferta de drogas no país.

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS/RECURSOS DO SIAFI.

Não há informação a relatar.

4. INFORMAÇÕES SOBRE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

Ano de Inscrição	RP PROCESSADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscrito	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscrito	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	-	-	-	-	336.413,47	1.882,05	334.531,42	-
2007	-	-	-	-	685.479,92	61.902,92	623.577,00	-
2008	42.000,00	-	42.000,00	-	2.462.122,93	19.667,91	2.442.455,02	-
Total	42.000,00	-	42.000,00	-	3.484.016,32	83.452,88	3.400.563,44	-

5. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS.

5.1 Transferências de Recursos do Fundo Nacional Antidrogas

Tipo	Nr SIAFI	Nº do Processo	Nr SENAD	Início	Vigência	OBJETO	Data Publ DOU	Pactuado	Liberado	Convenente	CNPJ	SITUAÇÃO
Termo de Cooperação		00187.000337/2006-80	05/2006	08/06/06	07/06/10	Destinação de recursos do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD, ao Departamento de Polícia Federal, conforme previsto no Art. 2º da Lei nº 9.804, de 30/06/1999, que deu nova redação à Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986.	09/06/06		2.426.586,52	Departamento de Polícia Federal - DPF	00.394.494/0014-50	A comprovar
Convênio	567793	00187.000778/2006-81	012/2006	01/09/06	24/05/09	Manutenção da Central de Atendimento Telefônico do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - VIVA VOZ.	11/09/06	2.218.503,70	580.901,40	ASSOCIAÇÃO AMPARO À PESQUISA EM FARMACOLOGIA E TOXICOLOGIA - AAPeFaTo	92.398.056/0001-64	A comprovar
Convênio	580164	00187.000362/2006-63	025/2006	22/12/06	02/01/09	Implantação e operacionalização do Projeto "Rede de Pesquisa sobre Drogas - Subprojeto I - Estruturação da Rede de Pesquisa.	03/01/07	160.451,36	53.000,00	ASSOCIAÇÃO AMPARO À PESQUISA EM FARMACOLOGIA E TOXICOLOGIA - AAPeFaTo	92.398.056/0001-64	A comprovar
Convênio	591134	00187.000646/2007-31	001/2007	23/04/07	23/03/09	Curso de especialização on-line em pesquisa sobre álcool e drogas..	24/04/07	204.400,00	14.000,00	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO- FIERP	01.084.089/0001-84	A comprovar
Convênio	593429	00187.000089/2007-58	004/2007	14/09/07	14/09/09	Estudo do Impacto do uso de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas no trânsito brasileiro.	17/09/07	2.514.274,16	470.169,36	FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - FAURGS	74.704.008/0001-75	A comprovar
Termo de Cooperação		00187.002464/2007-02	006/2008	01/12/07	31/12/08	Formação de multiplicadores para a expansão e o fortalecimento da Rede de Educação Preventiva ao Uso de Drogas nas Escolas no Estado da Paraíba		30.000,00	30.000,00	Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - CEFET/PB	24.489.510/0001-32	A comprovar
Convênio	598540	00187.004974/2007-14	012/2007	20/12/07	20/06/08	Oportunizar aos adolescentes e jovens em situação de uso ou dependências de drogas lícitas e/ou ilícitas o acesso à reflexão sobre o assunto	21/12/07	30.000,00	30.000,00	Instituto de Desenvolvimento Social do Trabalho de Pernambuco - IDSTP	01.515.459/0001-90	Aprovado

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 - FUNAD

Tipo	Nr SIAFI	Nº do Processo	Nr SENAD	Início	Vigência	OBJETO	Data Publ DOU	Pactuado	Liberado	Convenente	CNPJ	SITUAÇÃO
Convênio	600115	00187.000100/2007-80	017/2007	26/12/07	31/10/09	Detecção do uso abusivo de substâncias psicoativas e Intervenção Breve - Curso On-line para Profissionais de Saúde – SUPERÁ-II	27/12/07	3.607.243,00	789.000,00	Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo - FAP	07.437.996/0001-46	A comprovar
Convênio	621526	00187.000487/2008-55	01/2008	11/03/08	11/05/09	Curso de especialização on-line de pesquisa sobre álcool e drogas. (Capacitação de 35 alunos)	13/03/08	342.010,30	184.610,00	Fundação Instituto de Enfermagem de Ribeirão Preto - FIERP	01.084.089/0001-84	A comprovar
Convênio	622038	00187.004813/2007-12	08/2008	19/03/08	19/03/09	Projeto Vivendo sem Drogas, visando reintegrar dependentes químicos na sociedade, no mercado de trabalho e na escola.	26/03/08	30.000,00	30.000,00	Associação Evangélica para Recuperação de Vidas - ASSERV	03.607.712/0001-61	A comprovar
Convênio	622217	00187.004845/2007-18	07/2008	27/03/08	27/06/08	Implantação de serviço de atendimento voltado à recuperação de dependentes químicos adultos na modalidade de clínica-dia.	28/03/08	30.000,00	30.000,00	Comunidade Terapêutica Água da Vida - CRAVI	02.011.065/0001-68	Aprovado
Convênio	622264	00187.004844/2007-73	09/2008	27/03/08	27/03/09	Capacitar e qualificar a sua equipe de colaboradores e voluntários para o atendimento de dependentes em substâncias psicoativas, seus familiares e/ou responsáveis.	31/03/08	23.579,55	23.579,55	Centro de Recuperação Nova Esperança CERENE	79.372.108/0001-65	Aprovado
Convênio	622458	00187.004818/2007-45	04/2008	02/04/08	02/04/09	Capacitar e qualificar sua equipe de profissionais e inovar no atendimento prestado aos adolescentes e adultos em tratamento de dependência química.	04/04/08	30.000,00	30.000,00	Grupo Salva Vidas	23.098.718/0001-68	A comprovar
Convênio	622550	00187.004857/2007-42	03/2008	07/04/08	07/08/08	Capacitar técnicos e monitores dos serviços de comunidades terapêuticas do estado de Mato Grosso do Sul.	28/04/08	30.000,00	30.000,00	Secretaria de Estado de Trabalho Assistência Social e Economia Solidária	04.150.335/0001-47	Aprovado
Convênio	622565	00187.004820/2007-14	10/2008	08/04/08	08/01/09	Fortalecimento da capacitação de recursos humanos dos profissionais que compõem a rede Gerando Saúde Mental em 37 municípios do estado do Paraná.	11/04/08	30.000,00	30.000,00	Gerando Saúde Mental	06.192.746/0001-20	A comprovar
Convênio	622749	00187.004972/2007-17	05/2008	17/04/08	17/12/08	Capacitação de sessenta técnicos e agentes sociais para atuação na prevenção ao uso de álcool e outras drogas, em quinze municípios.	22/04/08	27.600,00	27.600,00	Secretaria de Assistência Social e Cidadania - Piauí	09.579.079/0001-21	A comprovar

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 - FUNAD

Tipo	Nr SIAFI	Nº do Processo	Nr SENAD	Início	Vigência	OBJETO	Data Publ DOU	Pactuado	Liberado	Convenente	CNPJ	SITUAÇÃO
Convênio	623099	00187.004971/2007-72	11/2008	08/05/08	08/05/09	Possibilitar a melhoria de atendimento à aproximadamente trinta indivíduos em regime de internação voluntária, por meio da laborterapia.	09/05/08	30.000,00	30.000,00	Instituto Fraternal de Laborterapia	62.596.853/0001-95	A comprovar
Convênio	623783	00187.004817/2007-09	012/2008	16/05/08	09/10/08	Prevenção de Porta em Porta.	19/05/08	30.000,00	30.000,00	Comunidade Nova Jerusalém	70.934.914/0001-05	Aprovado
Convênio	624313	00187.004814/2007-67	013/2008	21/05/08	21/08/08	Projeto Saúde Mental, Reinserção e Educação.	26/05/08	30.000,00	30.000,00	Serviço Evangélico de Reabilitação de Araguari	03.424.768/0001-80	Aprovado
Convênio	624316	00187.004819/2007-90	014/2008	21/05/08	21/12/08	Projeto Colorindo - Capacitar 60 alunos do curso de psicologia da UNILAVRAS, para junto com a abraço desenvolverem trabalho sobre dependência química.	26/05/08	30.000,00	30.000,00	Associação Brasileira Comunitária para a Prevenção do Abuso de Drogas	02.630.818/0001-13	A comprovar
Convênio	625503	00187.004962/2007-81	016/2008	09/06/08	09/12/08	Enfrentamento ao aumento da demanda atendida no Ceter, de internos em busca de tratamento para dependência química.	17/06/08	30.000,00	30.000,00	Centro Terapêutico Dilso Cechin - CETER	00.801.995/0001-90	A comprovar
Convênio	625468	00187.004816/2007-56	015/2008	11/06/08	10/12/08	Enfrentamento à demanda ambulatorial, recaídas, atenção a familiares e reinserção social de dependentes químicos.	12/06/08	30.000,00	30.000,00	Centro de Recuperação Resgatando Vidas -	03.551.218/0001-22	A comprovar
Convênio	627026	00187.004973/2007-61	017/2008	02/07/08	31/12/08	Sensibilizar os transatores encaminhados pelo Juizado Especial Criminal quanto ao uso, abuso e/ou dependência de substâncias psicotrópicas	03/07/08	30.000,00	30.000,00	Terra da Sobriedade	05.353.498/0001-90	A comprovar
Convênio	631648	00187.000063/2008-91	019/2008	01/08/08	31/07/10	Realizar o primeiro levantamento nacional sobre a prevalência e o padrão de uso de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes universitários	29/08/08	1.772.340,00	730.633,12	Fundação Faculdade de Medicina	56.577.059/0001-00	A comprovar
Termo de Cooperação		00187.003132/2008-18	01/2008	25/11/08	30/03/09	Dotar as Varas Criminais e Administrativo com equipamentos e mobiliário, capazes de facilitar a prestação de seus serviços relacionados com o combate ao tráfico de drogas..	27/11/08	285.000,00	285.000,00	JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU DO ESTADO DE GOIÁS	05.439.950/0001-30	A comprovar
Convênio	635920	00187.003129/2008-02	022/2008	28/11/08	28/11/10	Dotar os organismos integrantes da Segurança Pública do Distrito Federal e o Conselho de Entorpecentes do Distrito Federal, de instrumentos capazes de auxiliar o combate permanente ao tráfico de drogas no Distrito Federal e a promoção de políticas de prevenção.	04/12/08	176.506,06	176.506,06	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - SSP/DF	00.394.718/0001-00	A comprovar

Relatório de Gestão 2008 da UJ 110322 GSIPR e UG 110246 - FUNAD

Tipo	Nr SIAFI	Nº do Processo	Nr SENAD	Início	Vigência	OBJETO	Data Publ DOU	Pactuado	Liberado	Convenente	CNPJ	SITUAÇÃO
Convênio	636492	00187.004564/2008-46	024/2008	15/12/08	15/06/09	Elaboração do 1º Relatório sobre a Demanda e a Oferta de Drogas no Brasil – 2008	11/12/08	453.982,00	145.742,00	Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo - FUSP	68.314.830/0001-27	A comprovar
Convênio	637457	00187.005517/2008-10	029/2008	15/12/08	14/08/10	Levantamento sobre o Consumo de Drogas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública e Privada nas Capitais Brasileiras	23/12/08	3.307.820,00	1.153.000,00	Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo - FAP	07.437.996/0001-46	A comprovar
Convênio	633783	00187.000524/2007-44	021/2008	17/12/08	31/05/09	Disponibilizar dezoito microcomputadores a dezoito comunidades terapêuticas e aquisição de ferramentas utilizadas pela Polícia Rodoviária Federal, com vistas a coibir a entrada de drogas no Estado do Mato Grosso.	01/10/08	38.637,60	38.637,60	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO MATO GROSSO - SEJUSP/MT	00.989.587/0001-03	A comprovar
Convênio	637176	00187.003145/2008-97	027/2008	18/12/08	01/12/09	Dotar de novos equipamentos a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP/MS, o Poder Judiciário e o Ministério Público do estado de Mato Grosso do Sul.	19/12/08	640.750,35	640.750,35	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL - SEJUSP/MS	03.015.475/0001-40	A comprovar
Convênio	637452	00187.005518/2008-64	028/2008	20/12/08	20/09/09	Avaliação de abordagens de imagens de advertências nos maços de cigarros e de iniciativas de ambientes livres da fumaça do tabaco.	23/12/08	78.339,10	78.339,10	FUNDAÇÃO ARY FRAUZINO PARA PESQUISA E CONTROLE DO CÂNCER	40.226.946/0001-95	A comprovar
Convênio	637498	00187.003134/2008-15	026/2008	22/12/08	15/12/09	Dotar o Laboratório do Instituto de Criminalística do Departamento de Polícia Técnica da Polícia Civil do Distrito Federal de instrumentos capazes de auxiliar o combate permanente ao tráfico de drogas no Distrito Federal e a promoção de políticas de prevenção.	23/12/08	100.000,00	100.000,00	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - SSP/DF	00.394.718/0001-00	A comprovar
Convênio	637501	00187.003143/2008-06	030/2008	22/12/08	20/12/09	Construção das instalações do canil para a Divisão de operações Especiais da Polícia Civil do Distrito Federal.	23/12/08	371.450,31	371.450,31	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - SSP/DF	00.394.718/0001-00	A comprovar
						Total repassado no exercício			8.709.505,37			

Quadro II. A . 3 Transferências - Recursos do Orçamento do PRONASCI - Progr 1453 e do DENATRAN - Progr 0660

Tipo	Nr SIAFI	Nº do Processo	Nr SENAD	Início	Vigência	OBJETO	Data Publ DOU	Pactuado	Liberado	Convenente	CNPJ	SITUAÇÃO
1	593429	00187.000089/2007-58	004/2007	14/09/07	14/09/09	Estudo do Impacto do uso de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas no trânsito brasileiro.	17/09/07	2.514.274,16	1.119.360,00	FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - FAURGS	74.704.008/0001-75	A comprovar
1	599853	00187.000088/2007-11	015/2007	21/12/07	30/06/09	Capacitação de 5.000 Lideranças Religiosas ou de Movimentos Afins, para ações de prevenção do uso indevido de drogas.	26/12/07	1.597.051,60	643.236,00	Fundação de Apoio à Universidade Federal de São Paulo - FAP	07.437.996/0001-46	A comprovar
1	636504	00187.002887/2008-03	025/2008	10/12/08	24/11/09	Manutenção do serviço de atendimento telefônico diurno do "VIVA VOZ - INFORMAÇÕES E ORIENTAÇÕES SOBRE DROGAS" - 0800.510.0015 e expansão desse horário de atendimento até as zero hora de segunda a sexta-feira, inclusive feriados.	11/12/08	2.064.360,00	1.782.800,00	ASSOCIAÇÃO AMPARO À PESQUISA EM FARMACOLOGIA E TOXICOLOGIA - AAPeFaTo	92.398.056/0001-64	A comprovar
Total repassado no exercício									3.545.396,00			

**6. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS REFERENTES AOS ITENS 6, 7, 8, 9 E 10,
DESCRITOS NO ITEM “A” DO ANEXO II À DECISÃO NORMATIVA TCU Nº 93, DE 03
DE DEZEMBRO DE 2008.**

A respeito destes itens não há informação a prestar.

**7. DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DOS VALORES GASTOS COM CARTÕES
DE CRÉDITOS.**

As despesas realizadas com cartões de créditos, decorreram todas de concessão de suprimentos de fundo a servidores da SENAD. Tais despesas foram feitas sob regime especial de execução, em conformidade com a PORTARIA Nº 13 - GSIPR, DE 8 DE JULHO DE 2008 e NORMA Nº 02/GSIPR/SENAD, DE 24 DE JULHO DE 2008.

Demonstrativo da execução de suprimentos de fundo, por agente suprido, no exercício de 2008

Agente Suprido	CPF				
AMILCAR BARBOSA CINTRA	86037862672	Fatura	10	8.288,16	
		Saque	4	415,00	
GILBERTO SOARES BATISTA	26189658172	Fatura	1	1.783,66	
HAILTON DOS SANTOS DA SILVA	18268285168	Fatura	1	765,09	
		Saque	1	166,70	
JACÓ ELIAS PEREIRA	44314027134	Fatura	2	4.764,52	
		Saque	1	113,90	
JOSÉ AIRTON VASCONCELOS DE ARAÚJO	42912911168	Fatura	1	44,01	
JOSE RIBAMAR SOARES SOBRINHO	11720581134	Fatura	3	4.691,12	
		Saque	2	227,00	
NEWTON HONORATO DA COSTA FILHO	38568292100	Fatura	3	1.828,46	
		Saque	1	141,40	
NORMANDO DE ASSIS	38962659115	Fatura	2	939,06	
PAULO GOMES DA SILVA	37158961168	Fatura	2	1.702,58	
RAMON FERNANDO SILVA	53951697687	Fatura	14	4.963,25	
		Saque	6	351,52	
			SOMA	31.185,43	

O histórico de execução de despesas mediante cartão de crédito nos três últimos anos está demonstrado na tabela a seguir:

Ano	Saque	Faturas	Total
2006	55.989,00	45.169,18	101.158,18
2007	44.994,62	36.485,93	81.480,55
2008	1.415,52	29.769,91	31.185,43

8. INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.

Em decorrência do Relatório de Auditoria nº 22/2008, produzido pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, foi produzido um Plano de Providências, em conformidade com a **NORMA DE EXECUÇÃO Nº 5, DA CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, DE 28/12/2007**.

Todas as recomendações contidas no referido plano foram atendidas.

9. INFORMAÇÕES SOBRE PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA DAR CUMPRIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.

No exercício de 2008, não ocorreram decisões ou recomendações do TCU a esta Unidade Gestora.

10. INFORMAÇÕES QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS A ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007.

Tais atos, mesmo quando se referem a pessoal lotado nesta Unidade Gestora, são da competência da Secretaria de Administração da Presidência da República.

11. DEMONSTRATIVO RELACIONANDO ÀS DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS (Inciso I a IV do § 1º do Art. 5º da Instrução Normativa - TCU Nº 56, DE 5/12/2007)

Não ocorreu o caso descrito neste item.

12 - CONCLUSÃO.

A ação da SENAD em 2008 centrou-se na execução de projetos voltados para a redução da demanda e da oferta de drogas, os quais foram executados diretamente pela SENAD ou levados a efeito em parceria com outros órgãos públicos e entidades privadas, onde se buscou apoiar especialmente aqueles voltados para o diagnóstico, para a capacitação de agentes em prevenção e tratamento do uso indevido de drogas, bem como aqueles voltados para a modernização dos órgãos envolvidos na repressão ao crime de narcotráfico.

Os projetos voltados para a capacitação de agentes e os de diagnóstico situacional, deverão ampliar o nível de compreensão da realidade brasileira relativamente ao consumo de drogas e aos recursos nacionais para reduzir essa demanda.

Espera-se que a ênfase dada à capacitação e ao diagnóstico aliada aos esforços de orientação e integração das estruturas do SISNAD, conduza os atores nacionais a um significativo aumento em sua capacidade de reduzir a demanda de drogas no país.

Cabe ressaltar ainda a importância da articulação com os órgãos que atuam na redução da oferta de drogas, o que permitiu, mediante ações integradas, promover a regularização e venda de bens apreendidos em decorrência do crime de narcotráfico, com a consequente capitalização do FUNAD e a aplicação desses recursos em projetos voltados para a redução da oferta de drogas.

Brasília, 29 de abril de 2009.

PAULO ROBERTO YOG DE MIRANDA UCHÔA
Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas